

# 2018

# RELATÓRIO ANUAL



Caixa de Previdência Privada BEC



**CABEC**

Caixa de Previdência Privada BEC

**RELATÓRIO ANUAL DOS ATOS  
E DAS CONTAS DA DIRETORIA  
EXECUTIVA - EXERCÍCIO 2018**

## *SUMÁRIO*

1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. DESTAQUES.....	2
3. CENÁRIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2019.....	7
4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	10
4.1. PARTICIPANTES.....	10
4.1.1. IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD.....	10
4.1.2. DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES POR SEXO.....	11
4.2. ASPECTOS PREVIDENCIAIS.....	11
4.2.1. ADIÇÕES (RECEITAS PREVIDENCIAIS).....	11
4.2.2. DEDUÇÕES (DESPESAS PREVIDENCIAIS).....	11
4.2.3. RECEITAS PREVIDENCIAIS x DESPESAS PREVIDENCIAIS.....	11
4.3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	12
4.3.1. INVESTIMENTOS.....	12
4.3.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	13
4.3.3. RENDA FIXA.....	14
4.3.4. RENDA VARIÁVEL.....	14
4.3.5. ESTRUTURADO.....	15
4.3.6. EXTERIOR.....	15
4.3.7. IMÓVEIS.....	15
4.3.8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES.....	15
4.4. ASPECTOS ATUARIAIS.....	15
4.4.1. PREMISSAS ATUARIAIS.....	15
4.4.2. NOVA META ATUARIAL DO PLANO BD.....	16
4.4.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2018.....	17
4.5. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS.....	18
5. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	19
5.1. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PLANO BD.....	19
5.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA.....	21
6. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS.....	24
6.1. PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD.....	24
6.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA.....	25

7. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA.....	27
8. SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO BD.....	28
9. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO.....	30
10. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS.....	31
11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PLANO BD).....	32
12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO BD).....	33
13. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA.....	34
14. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO BD).....	35
15. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	36
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	36
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	37
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	37
4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS.....	41
5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS.....	51
6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS.....	52
7. FUNDOS.....	52
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	52
16. PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2018.....	54
17. RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	68
18. MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	72
19. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	73
20. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	74
21. PATROCINADORES.....	75
22. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	76

## **1. APRESENTAÇÃO**

A Diretoria Executiva da CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC, atendendo às disposições legais e estatutárias, apresenta aos Participantes e Assistidos o Relatório Anual dos Atos e das Contas da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2018.

Dessa forma, estão sendo disponibilizados eletronicamente o Relatório de Atividades (prestação de contas da Diretoria); o Balanço Patrimonial Consolidado; a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada); a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidada); a Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano BD); a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano BD); a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD); as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, Consolidadas; o Parecer do Atuário; o Parecer dos Auditores Independentes; o Parecer do Conselho Fiscal; a Manifestação da Diretoria Executiva; e a Manifestação do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis, tudo relacionado ao Plano de Benefícios Definido – Plano BD,  nico plano de benefícios previdencial complementar administrado pela Entidade.

Adicionalmente, apresentam-se os Resumos das Políticas de Investimentos do Plano BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2019 a 2023, os Demonstrativos de Investimentos – DI, a Rentabilidade Bruta e Líquida dos respectivos planos e a Segregação das Despesas do Plano BD.

Na oportunidade, a Diretoria e o Conselho Deliberativo agradecem o apoio recebido do Patrocinador e a valiosa colaboração dos empregados da CABEC que, com zelo e dedicação, nos ajudaram na condução dos negócios da Entidade ao longo do ano.

## 2. DESTAQUES

### FEVEREIRO

- Aprovada pelo Conselho Deliberativo a revisão do Plano de Equacionamento do déficit técnico ajustado do Exercício de 2015, elaborada pela atuária do Plano BD, de acordo com o que preceitua o § 2º do Art. 30 da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, observados os novos percentuais abaixo demonstrados, já divulgados no sítio da CABEC:

Grupos	Percentual sobre a Folha de Pagamento	Percentual sobre a Folha de Pagamento
	Até 20/01/2018	A partir de 20/02/2018
Ativos	1,76%	1,23%
Assistidos	3,07%	3,13%
Autopatrocínados	3,47%	3,75%
CABEC	-	-
Benefícios Concedidos	2,98%	4,59%
Benefícios a Conceder	1,71%	0,31%
<b>BRADESCO (*)</b>	-	-

(\*) - O valor de responsabilidade do Bradesco consta em Instrumento Particular de Confissão de Dívida específico.

- Implantado o Plano de Equacionamento do déficit técnico ajustado do Exercício de 2016, cujos valores encontram-se atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do período de janeiro a dezembro/2017 – 2,07% e, ainda, recalibrados, com prazo de pagamento de 180 meses. Assim sendo, a contribuição extraordinária será cobrada pelo período de fevereiro/2018 a janeiro/2033. Ressalte-se que, para o exercício de 2018, serão cobrados os percentuais discriminados na tabela abaixo, segregados por grupo, percentuais esses que serão ajustados a cada ano, por ocasião da revisão legal deste Plano de Equacionamento:

Grupos	Percentual no Plano de Equacionamento	Percentual após atualização e recalibragem
Ativos	0,56%	0,53%
Assistidos	1,41%	1,35%
Autopatrocínados	1,13%	1,24%
CABEC	-	-
Benefícios a Conceder	0,57%	0,71%
Benefícios Concedidos	1,45%	1,25%
<b>BRADESCO (*)</b>	-	-

(\*) - O valor de responsabilidade do Bradesco consta em Instrumento Particular de Confissão de Dívida específico.

- Aprovada pelo Conselho Deliberativo, com base em estudo elaborado pela atuária do Plano BD e amparado no que estabelecem os Arts. 45 e 47 do Regulamento do Plano, a alteração do Plano de Custeio, que vinha sendo praticado desde dezembro/2000 (Quadro 1). Referida alteração, com reflexos atuariais na avaliação de 31/12/2017, teve como consequência a redução das Reservas Matemáticas em R\$ 10.521.000,00, contribuindo para que no exercício de 2017 o Plano BD desse superávit. O novo Plano de Custeio, demonstrado no Quadro 2 abaixo, terá os seus reflexos financeiros para os participantes, assistidos e patrocinadores a partir da folha de pagamento de março/2018:

**Quadro 1**

De		Até	%
0	a	2.673,28	3,00
2.673,29	a	5.346,55	5,00
5.346,56	a	16.039,65	11,00

**Quadro 2**

De		Até	%
0	a	2.673,28	3,27
2.673,29	a	5.346,55	5,55
5.346,56	a	16.039,65	12,43

### MARÇO

- Reajustados em 1,81%, com base na variação do INPC relativa ao período de março/2017 a fevereiro/2018, os complementos dos benefícios do Plano BD, conforme disposto nos Artigos 57 e 58 do Regulamento do referido Plano.

### ABRIL

- Aprovada pelo Conselho Deliberativo a seleção efetuada pela Diretoria, em conjunto com a Aditus Consultoria, de 4 (quatro) fundos de Renda Variável de gestores independentes, sendo 2 (dois) com estratégia "ativa" e 2 (dois) com estratégia "valor", objetivando a diversificação dos investimentos nesse segmento, considerando os indicadores de retorno e volatilidade, dentro do processo de análises quantitativa e qualificativa efetuadas.
- Aprovada pelo Conselho Deliberativo a aplicação de R\$ 10 milhões, de forma paritária, nos 4 (quatro) fundos de Renda Variável selecionados.

### MAIO

- Realizada reunião com representantes do Patrocinador Bradesco, a Diretoria da CABEC e da AFABEC, além de grupo formado por 4 (quatro) assistidos do Plano BD, com o objetivo de se retomar as tratativas, visando a retirada de patrocínio nos moldes da proposta apresentada pelo Bradesco em abril/2016.

### JUNHO

- Adesão, pela CABEC, ao Código de Princípios Éticos e de Condutas para o Regime Fechado de Previdência Complementar lançado pelo SINDAPP - Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em parceria com a ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- Designado pelo Conselho Deliberativo o Diretor Financeiro, Sr. Francisco Luiz Fernandes, como diretor responsável pela Contabilidade, perante a PREVIC – Superintendência Nacional

de Previdência Complementar, em cumprimento ao que dispõe o Art. 5º da Resolução CNPC nº 27, de 06 de dezembro de 2017, publicada no dia 03 de abril de 2018.

## JULHO

- Aprovado, pelo Conselho Deliberativo, o Regulamento das Eleições para Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CABEC para o período de outubro/2018 a outubro/2022.
- Entregue aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como aos empregados e prestadores de serviços da CABEC, o Código de Ética da Entidade e o Código de Princípios e de Condutas para o Regime Fechado de Previdência Complementar, este último lançado pelo SINDAPP, em conjunto com a ABRAPP.

## AGOSTO

- Inscritos para concorrer às eleições de 2 (dois) membros para o Conselho Deliberativo e 1 (um) membro para o Conselho Fiscal os assistidos do Plano BD abaixo relacionados:

<b>Nome:</b> Ivan Sabóia de Sena	<b>Nome:</b> Maria Nailma Marques Pereira
<b>Cargo:</b> Membro do Conselho Deliberativo	<b>Cargo:</b> Membro do Conselho Deliberativo
<b>Nome:</b> Lúcia Correia de Melo	<b>Nome:</b> Yeline Falcão Maia Costa
<b>Cargo:</b> Membro do Conselho Deliberativo	<b>Cargo:</b> Membro do Conselho Deliberativo
<b>Nome:</b> Carlos Armando Holanda Siebra	<b>Nome:</b> Ilana Maria Maciel de Goes Coelho
<b>Cargo:</b> Membro do Conselho Fiscal	<b>Cargo:</b> Membro do Conselho Fiscal

## OUTUBRO

- Resultado das eleições para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CABEC – mandato outubro/2018 a outubro/2022:

Eleitos para o Conselho Deliberativo	
Nome	Total de Votos
Maria Nailma Marques Pereira – <i>Membro Efetivo</i>	257
Ivan Sabóia de Sena – <i>Membro Efetivo</i>	244
Lúcia Correia de Melo – <i>Membro Suplente</i>	209
Yeline Falcão Maia Costa – <i>Membro Suplente</i>	188

Eleitos para o Conselho Fiscal	
Nome	Total de Votos
Carlos Armando H. Siebra – <i>Membro Efetivo e Presidente do Conselho</i>	201
Ilana Maria Maciel de Goes Coelho – <i>Membro Suplente</i>	141

- Membros Indicados pelo Patrocinador para os Conselhos Deliberativo e Fiscal – Mandato outubro/2018 a outubro/2022:



### **Membros do Conselho Deliberativo**

- Sr. Eguimar Araújo Martins – Membro Efetivo e Presidente;
- Sr. Raimundo Alcides Barreira Nogueira Borges - Suplente;
- Sr. Igor Valentim Cavalcante Brito - Membro Efetivo;
- Sr. José Ricardo Oliveira de Sousa - Suplente;
- Sr. Alberto Jorge Oliveira da Silva - Membro Efetivo;
- Sr. João Herty Lima Silva - Suplente;
- Sr. José Monteiro da Silva - Membro Efetivo; e
- Sr. Josias Carvalho da Silva - Suplente.

### **Membros do Conselho Fiscal**

- Sr. Antonio Airton Gomes Bezerra - membro efetivo;
- Sr. José Miramar Fontenele Freitas - suplente;
- Sr. José Maria Gomes de Souza - membro efetivo;
- Sr. Francisco Ivon Silva Maranhão - suplente.

- Posse dos Membros do Conselho Deliberativo para o Mandato de outubro/2018 a outubro/2022, abaixo discriminados:

- Sr. Eguimar Araújo Martins - Presidente;
- Sr. Igor Valentim Cavalcante Brito – Membro;
- Sr. Alberto Jorge Oliveira da Silva - Membro;
- Sr. José Monteiro da Silva - Membro;
- Sra. Maria Nailma Marques Pereira – Membro; e
- Sr. Ivan Sabóia de Sena – Membro.

- Posse dos Membros do Conselho Fiscal para o Mandato de outubro/2018 a outubro/2022, abaixo discriminados:

- Sr. Carlos Armando Holanda Siebra – Presidente;
- Sr. Antonio Airton Gomes Bezerra – Membro; e
- Sr. José Maria Gomes de Souza, brasileiro - Membro.

- Nomeação e posse, pelo Conselho Deliberativo, dos Membros da Diretoria Executiva, para o mandato de outubro/2018 a outubro/2022, abaixo discriminados:

- Sra. Sandra Maria Nery Araújo – Diretora-Superintendente – recondução;
- Sr. Francisco Luiz Fernandes – Diretor-Financeiro – recondução; e
- Sra. Elisabeth Maria Moreira Lima Porto – Diretora-Adm. e de Seguridade – recondução.

- **ELEIÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÊ DE ÉTICA DA CABEC** - Com base no Art. 26 e seus incisos, a Diretoria da CABEC promoveu internamente a eleição para membros do Comitê de

Ética com vistas à sua nova composição para o mandato relativo ao período de outubro/2018 a outubro/2020, com o seguinte resultado:

- Elisabeth Maria Moreira Lima Porto – Membro titular escolhido pela Diretoria Executiva;
- Francisco Luiz Fernandes - Membro suplente escolhido pela Diretoria Executiva;
- Carlos Armando Holanda Siebra – Membro titular escolhido pelo Conselho Fiscal;
- Antonio Airton Gomes Bezerra – Membro suplente escolhido pelo Conselho Fiscal;
- Jair Bezerra Lira – Membro titular escolhido pelos empregados da CABEC; e
- Neyara de Almeida Gomes – Membro suplente escolhido pelos empregados da CABEC.

## **NOVEMBRO**

- Aprovado, conforme disposto no inciso II, do Art. 59, do Estatuto da CABEC, o Orçamento-Programa para o exercício de 2019, baseado nos critérios e fontes de custeio definidos para esse fim.
- Realizadas apresentações das Premissas Atuariais e Financeiras e das revisões da Política de Investimentos do Plano BD e do Estudo de Macroalocação dos Recursos Garantidores, realizadas pela Willis Towers Watson e Aditus Consultoria de Investimentos, para a Diretoria da CABEC, para os membros efetivos e suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, para representantes do Patrocinador Banco Bradesco S.A. e para a Diretoria da Afabec.
- Lançado novo site CABEC, com interface mais amigável e interativa. A incorporação, a seu leiaute, da solução técnica do *web design responsivo* permite que o acesso seja realizado a partir de qualquer equipamento (computador, celular, tablet, etc.), proporcionando mais comodidade aos participantes e assistidos que utilizam dispositivos móveis. O portal traz diversas informações relativas à entidade.

## **DEZEMBRO**

- Aprovada a revisão do Estudo de Macroalocação de Ativos, mais conhecido como ALM (sigla em inglês para *Asset Liability Management*) com o objetivo de subsidiar estudo de aderência da taxa de juros do passivo atuarial do Plano BD e adequar as aplicações dos recursos garantidores às melhores práticas de investimentos. Referido estudo foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda., cujo processo de implantação será iniciado a partir de janeiro de 2019.
- Aprovada a revisão das Políticas de Investimentos dos Planos BD e Gestão Administrativa para o período de 2019 a 2023.
- Aprovados os estudos de aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Financeiras e Econômicas elaborados pela empresa Willis Towers Watson, responsável pelos cálculos atuariais do Plano BD, a serem empregadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, com destaque para a alteração da premissa que trata da taxa de juros do passivo atuarial do Plano BD, que passou de 5,25% a.a. para 4,61% a.a. Dessa forma, a nova meta atuarial é INPC + 4,61% a.a.

### **3. CENÁRIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2019**

#### **A Herança de 2018 e os Desafios de 2019**

O desempenho da economia brasileira, em 2019, será marcado pela capacidade do novo governo de promover as alterações socioeconômicas expressas pela maioria da população brasileira que optou por mudanças em detrimento da manutenção do status político representado pelos partidos tradicionais.

Desafiador também será o cenário internacional, mais desfavorável às economias emergentes, tornando-se menos leniente com economias que apresentam elevados desequilíbrios fiscais estruturais, cuja correção exige reformas profundas.

Caberá ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, enfrentar o desafio de pôr em movimento um novo ciclo político, que poderá ser instrumento de mudanças profundas, assim como colocar a economia brasileira de volta ao crescimento sustentado, atendendo ao anseio da população.

A economia brasileira chegou ao final de 2018 sem sinais sólidos de retomada do crescimento. O endividamento elevado, tanto do setor privado quanto do setor público, explica a razão de a economia mostrar lenta recuperação, apesar de contar com fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. O setor privado já tem reduzido seu nível de endividamento, com destaque para as famílias, mas o setor público ainda conviverá por longo tempo com dívida crescente, não obstante as reformas adotadas, limitando sua contribuição para o PIB. Além disso, ao longo do ano, a economia foi submetida a choques adversos – greve dos caminhoneiros; piora do cenário internacional; incerteza política – que abortaram o ciclo de recuperação iniciado na segunda metade de 2017. A atividade perdeu força durante o primeiro semestre, em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança, que se atenuou na segunda metade do ano. O PIB deve crescer 1,3% em 2018, bem abaixo das projeções de 3% que predominavam no início do ano. Isso significa que o novo governo encontrará uma economia que continua patinando em um nível cerca de 10% inferior ao observado em 2014.

Os principais componentes da demanda se enfraqueceram por todo o ano. O consumo das famílias manteve baixas taxas de crescimento por conta do elevado desemprego (maior parte do ano ficou acima de 12%), renda estagnada e alto endividamento familiar, limitando o papel do crédito como estimulador dos gastos pessoais. Por outro lado, o ambiente de incerteza política, ao lado de grande ociosidade do setor produtivo e estagnação da construção civil não permitiram uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB.

Nem todo saldo foi negativo. O ano de 2018 deixa também heranças positivas, que devem contribuir para um ambiente favorável à retomada do crescimento. A inflação se manteve correndo abaixo da meta inflacionária (4,5%) durante todo o ano. A ociosidade de fatores de produção, principalmente no mercado de trabalho, atenuou os choques de preços que atingiram a economia, relacionados principalmente aos combustíveis e à energia elétrica. É provável que a inflação, medida pelo IPCA, encerre o ano em 3,57%.

Esse resultado, continuação do processo de desinflação iniciado em 2016, logrou manter as expectativas inflacionárias bem ancoradas, mesmo para horizontes mais longos, como 2021, quando a meta será reduzida para 3,75%. A inflação rodando abaixo da meta e o hiato do produto positivo permitiram ao Banco Central a redução da taxa básica de juros para patamares historicamente baixos, colocando em níveis semelhantes às presentes nas principais economias emergentes.

A piora do cenário externo nos últimos meses de 2018 impediu uma melhora expressiva dos ativos brasileiros, após as eleições terem confirmado a vitória de um candidato comprometido com o avanço das reformas econômicas. As condições financeiras melhoraram. O prêmio de risco país caiu, o câmbio se apreciou, os juros longos caíram e a Bovespa voltou a subir. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários como dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes no tocante à evolução da economia ao longo dos próximos meses.

A consolidação desse ambiente propício à retomada do crescimento poderá ganhar maior consistência caso o novo governo sinalize, já em seu começo, o compromisso de aprovar, ainda no primeiro semestre, uma convincente reforma da Previdência. Começaria criar condições para a obediência do teto dos gastos, numa sinalização inequívoca de que se estaria reduzindo, ou mesmo eliminando, o risco de insolvência do governo. Ainda que se conviva com déficits fiscais primários nos primeiros anos, haveria a percepção de que se estaria no caminho certo para tornar, novamente, as contas públicas superavitárias.

A retomada gradual do crescimento ganharia força, em meio a um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção, de forma sustentada, da taxa Selic em patamares historicamente baixos. A ociosidade dos fatores de produção, em especial do trabalho, contribuiria para o avanço da demanda sem maiores pressões sobre os preços. Os fundamentos do consumo devem se fortalecer ao longo do ano, dando mais consistência ao ciclo de recuperação. O mercado de trabalho mais robusto, acelerando a queda do desemprego, fortalecerá os ganhos de renda. Corolário desse quadro seria uma redução adicional nos níveis de endividamento familiar, abrindo espaço para uma maior participação do crédito na determinação do consumo.

Outro vetor a impulsionar o ciclo de recuperação corresponde aos investimentos. O novo governo deve reforçar a prevalência de um ambiente pró-negócios, dando ênfase na segurança jurídica de contratos, permitindo colocar em movimento a extensa agenda de concessões e privatizações, favorecendo os investimentos em infraestrutura, bem como a recuperação do setor de construção civil.

O cenário para economia brasileira é positivo, mas não isento de riscos.

No âmbito externo, a ameaça se concentra em um ambiente internacional de maior aversão ao risco, com o mundo crescendo menos em meio à intensificação da guerra comercial entre Estados Unidos e China, ao mesmo tempo em que ocorre a normalização das taxas de juros nas economias avançadas. Os emergentes terão que aceitar moedas mais depreciadas, juros mais altos e menor crescimento econômico.

Internamente, o maior risco encontra-se na esfera política. A frustração com as reformas e com os ajustes necessários à economia brasileira afetaria negativamente a confiança dos agentes, colocando em risco os avanços obtidos recentemente no campo dos juros e da inflação.

Ambas as ameaças resultariam em elevação dos prêmios de risco país, com consequente desvalorização cambial, pressionando a inflação e a taxa de juros, resultando em frustração do crescimento da economia.

**Fonte: Sul América Investimentos**

## 4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### 4.1. PARTICIPANTES

Ao final do exercício de 2018, a CABEC contava com uma população de 1.191 participantes, entre ativos e assistidos (1.196 em 2017), assim distribuída: 37 ativos (51 em 2017) e 1.154 assistidos (1.145 em 2017).

A título de ilustração, apresentamos abaixo gráfico demonstrativo com a evolução dos participantes do Plano BD nos últimos 09 (nove) anos. Esclarecemos que, a partir do Relatório de 2017, o critério adotado para a informação de pensão por morte passou a ser a quantidade efetiva de assistidos e não a de benefícios, como vinha sendo informado no Relatório dos anos anteriores.



#### 4.1.1. IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD

Situação	Média Idade		
	2018	2017	2016
Aposentadoria por Idade	72	71	71
Aposentadoria Tempo de Contribuição	68	67	66
Invalidez	63	62	62
Ativo Vinculado	56	56	55
Autopatrocinado	57	55	51

#### 4.1.2. DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES POR SEXO

Situação	2018		2017		2016	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Aposentados	504	518	496	518	486	520
Pensionistas (*)	25	107	26	105	26	99
Ativos	28	9	41	10	57	17

(\*) - Considerado o número de pensionistas e não o número de pensões. Em 2016 tinham 112 pensões, com 125 pensionistas. (Em 2015, 105 pensões e 120 pensionistas). Cabe esclarecer que uma pensão poderá resultar em mais de um(a) pensionista.

#### 4.2. ASPECTOS PREVIDENCIAIS

##### 4.2.1. ADIÇÕES (RECEITAS PREVIDENCIAIS)

Com R\$ 21.379 mil (R\$ 24.976 mil em 2017), verifica-se redução de -14,40% em relação ao ano anterior. Tal redução justifica-se, principalmente, pelo efeito da contabilização da implantação do déficit atuarial contratado com o patrocinador, do exercício de 2016, ter sido inferior ao da contabilização do déficit atuarial contratado com o patrocinador, relativo ao exercício de 2015, em R\$ 5,9 milhões.

Com relação à arrecadação relativa ao exercício de 2018, no valor de R\$ 21.379 mil, registre-se que essa receita foi composta por: (1) contribuições normais e extraordinárias do Plano no montante de R\$ 12.187 mil; (2) R\$ 9.181 mil referentes à atualização dos Contratos de Assunção de Dívidas, celebrados entre o Bradesco e a CABEC; e (3) R\$ 11 de outras adições.

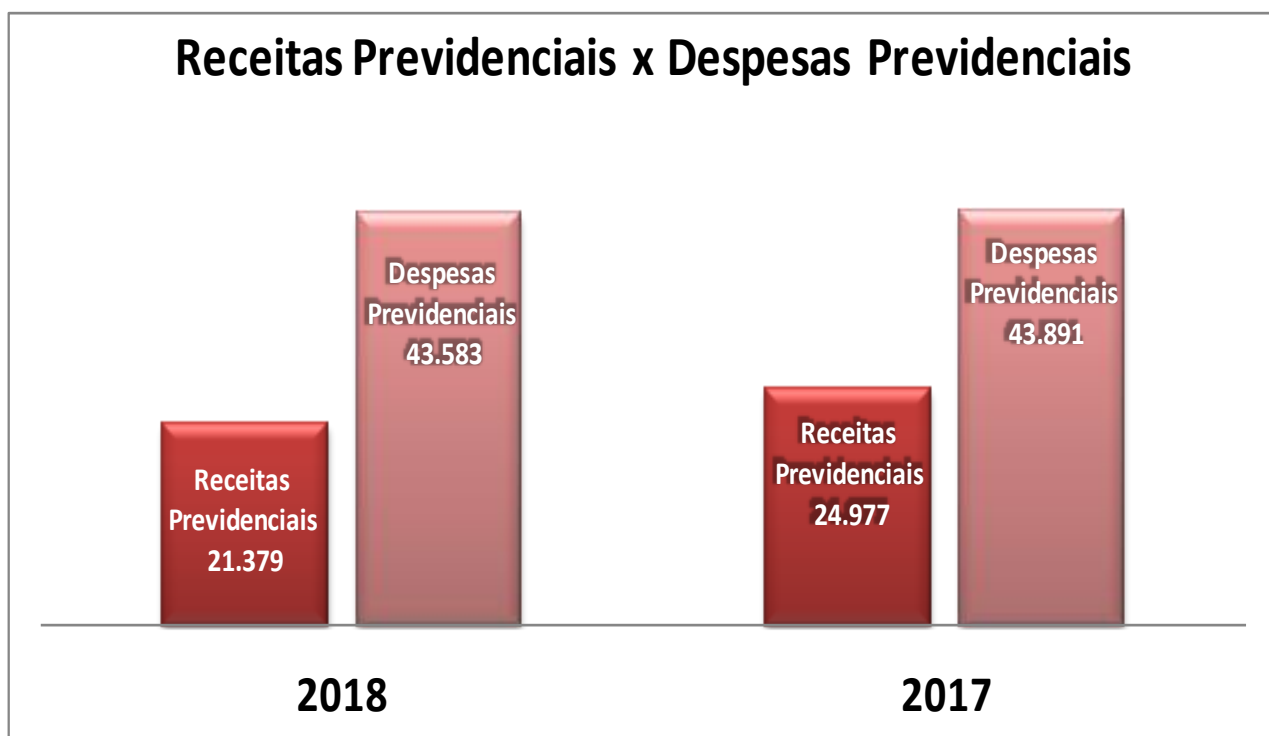
##### 4.2.2. DEDUÇÕES (DESPESAS PREVIDENCIAIS)

Verificou-se redução de apenas 0,70% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 43.583 mil (R\$ 43.891 mil em 2017), sendo R\$ 37.722 mil de folha de pagamento de complementação de aposentadorias, R\$ 3.322 mil de folha de pagamento de abono anual, R\$ 2.017 mil de folha de pagamento de complementação de pensão, R\$ 352 mil de pecúlio por morte, R\$ 111 mil de resgate de poupança, R\$ 39 mil de folha de pagamento de complementação de auxílio-doença e R\$ 20 mil de outras deduções.

##### 4.2.3. RECEITAS PREVIDENCIAIS x DESPESAS PREVIDENCIAIS

Observa-se que as receitas previdenciais do Plano BD, ao longo do exercício, excluindo-se as relativas às contribuições extraordinárias, totalizaram R\$ 10.366 mil, enquanto as despesas com o pagamento de benefícios totalizaram R\$ 43.583 mil, apresentando, portanto, resultado negativo de R\$ 33.217 mil.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico comparativo entre as Receitas Previdenciais e as Despesas Previdenciais do Plano BD nos últimos dois anos.



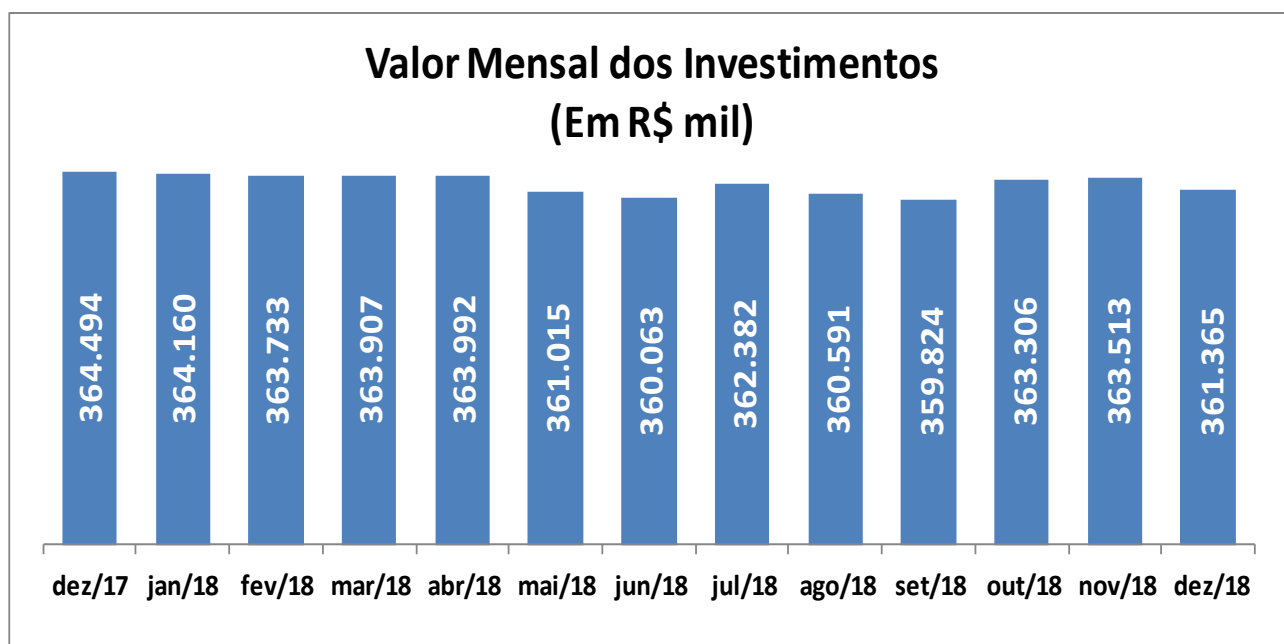
#### 4.3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

##### 4.3.1. INVESTIMENTOS

A rentabilidade auferida em 2018 foi de 8,60% a.a. (11,22% a.a. em 2017). Com este resultado, o Plano atingiu 97,29% da sua meta atuarial (INPC + 5,25% a.a.) que foi de 8,84% a.a. A rentabilidade acumulada em 2018 foi favorecida positivamente pelo investimento em Renda Variável, cujo desempenho foi de 17,75% no ano, não obstante a volatilidade verificada ao longo do exercício em razão da greve dos caminhoneiros, das eleições, da reforma da previdência e do mercado externo. Os demais segmentos renderam: Renda Fixa 8,42% a.a., Estruturado 6,05% a.a., Imóveis 0,89% a.a., em decorrência de reavaliações negativas verificadas no período, Investimentos no Exterior 3,74% a.a. e Empréstimo 10,60% a.a.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico com o valor mensal dos investimentos durante o exercício de 2018.





Observa-se que, mesmo o Plano BD pagando R\$ 43.583 mil (R\$ 43.891 mil em 2017) a título de complemento de benefícios, os recursos garantidores decresceram apenas R\$ 3.128 mil.

#### 4.3.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

No final do exercício de 2018, os investimentos da CABEC apresentaram a seguinte composição:

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS	VALOR	% DO TOTAL
Fundos de Investimento	321.432	88,95%
Títulos Públicos Federais	21.437	5,93%
Investimentos Imobiliários	13.748	3,81%
Empréstimos	4.703	1,30%
Créditos Privados e Depósitos	1	0,00%
Depósitos Judiciais e Recursais	44	0,01%
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>361.365</b>	<b>100,00%</b>

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico contendo a composição dos investimentos no encerramento do exercício de 2018.



#### 4.3.3. RENDA FIXA

No segmento de Renda Fixa, a CABEC obteve em 2018 rentabilidade de 8,42%, resultante de aplicações em Fundos de Investimentos classificados como de Renda Fixa, Multimercado, além dos Fundos de Direitos Creditórios – FIDCs. Ao final do período, o valor total das aplicações neste segmento era de R\$ 303.969 mil (R\$ 321.048 mil em 2017).

#### 4.3.4. RENDA VARIÁVEL

Neste segmento, a CABEC mantém aplicações em duas categorias diversificadas de fundos de Renda Variável (IBX Ativo e de Valor), no montante de R\$ 25.497 mil (R\$ 10.469 mil em 2017), alocados dentro de fundos Multimercados administrados pela BRAM Asset Management, pela Sul América Investimentos, pelo Banco Fator e, a partir de maio/2018, conforme autorização do Conselho Deliberativo e processo de seleção efetuado, nos fundos APEX AÇÕES 30 FIC FIA, BOGARIVAL FIC FIA, KONDOR EQ INST FIA e NEO NAVITAS FIA. A rentabilidade acumulada no exercício de 2018 foi de 17,75%, superando a meta atuarial que foi de 8,84%. Durante o exercício de 2018 foram transferidos do segmento de Renda Fixa o montante de R\$ 10 milhões para Renda Variável, atendendo ao estudo de ALM aprovado pelo Conselho Deliberativo, sendo alocados R\$ 2.500 mil em cada um dos 4 Fundos selecionados.

#### **4.3.5. ESTRUTURADO**

No segmento Estruturado, a CABEC obteve, em 2018, rentabilidade de 6,05%, resultante de aplicações no *Fundo Sul América Endurance*. Ao final do período, o total das aplicações neste segmento era de R\$ 9.888 mil (R\$ 8.335 mil em 2017).

#### **4.3.6. EXTERIOR**

Neste segmento, a CABEC obteve, em 2018, rentabilidade de 3,74%, resultante de aplicações no *Fundo BRAM Yield Explorer Fiex*. Registre-se que, em razão de resgates ocorridos em 2018, o total das aplicações neste segmento, ao final deste exercício, era de R\$ 2.888 mil (R\$ 5.661 mil em 2017).

#### **4.3.7. IMÓVEIS**

A Carteira de Imóveis, que importa em R\$ 13.748 mil (R\$ 14.523 mil em 2017), representa 3,81% dos Investimentos. A redução verificada foi consequência de reavaliações ocorridas no período e depreciação natural dos imóveis, em atendimento à legislação contábil. A rentabilidade acumulada no ano de 2018 foi de 0,89%, contra 7,03% no ano de 2017. A redução na rentabilidade foi também consequência, principalmente, da reavaliação negativa dos imóveis ocorrida no período sob análise.

#### **4.3.8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES**

A carteira de empréstimos a participantes, com 451 contratos ativos, totaliza R\$ 4.703 mil (R\$ 4.106 mil em 2017), representando 1,30% dos Investimentos, com rentabilidade acumulada no ano de 10,60%.

### **4.4. ASPECTOS ATUARIAIS**

Observa-se na Nota Explicativa 4.6.1, que o passivo atuarial da Entidade é constituído pelas provisões matemáticas – valor que expressa, hoje, os compromissos futuros assumidos com os participantes e assistidos do Plano BD. Esse passivo é reavaliado, anualmente, conforme determina a legislação, e leva em conta além das características da massa de participantes do Plano BD, as hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras.

#### **4.4.1. PREMISSAS ATUARIAIS**

Constituem o conjunto de parâmetros empregados nos cálculos da obrigação atuarial e são definidos após estudo técnico realizado com esta finalidade. O quadro abaixo resume, comparativamente, as premissas empregadas nas reavaliações de 31/12/2018 e 31/12/2017.

<b>HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Taxa Real Anual de Juros	<b>4.61% a.a.</b>	5,25% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo Salários	0,98	0,98
Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo Benefícios Entidade	0,98	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disable Segregada por Sexo	RP 2000 Disable Segregada por Sexo
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Hipótese de entrada em aposentadoria	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade.	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade.
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas ▪ Participantes Ativos	70% de casados com mulher 4 anos mais jovem que o homem	70% de casados com mulher 4 anos mais jovem que o homem

#### **4.4.2. NOVA META ATUARIAL DO PLANO BD**

Aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua Reunião nº 461, de 20/12/2018, a nova meta atuarial do Plano BD que passa a ser INPC + **4,61% a.a.** A aprovação tomou por base o “Estudo de Aderência da Taxa Real de Juros” elaborado pela atuária do Plano BD, cujo resultado se mostrou dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 363/2018. A taxa de juros de 4,61% a.a. da nova meta foi empregada na avaliação atuarial de 31/12/2018.

#### 4.4.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2018

O Plano BD no exercício de 2018 apresentou déficit de R\$ 39.072 mil.

Na avaliação atuarial de 31/12/2018, realizada pela atuária do Plano, foram quantificadas Provisões Matemáticas de R\$ 479.623 mil, expressando na referida data o valor presente líquido dos benefícios previdenciais futuros dos participantes ativos e assistidos do mencionado plano de benefícios. Confrontando-se as Provisões Matemáticas com o Ativo Líquido, de R\$ 401.727 mil, que representa o Patrimônio de Cobertura do Plano, restou quantificado déficit técnico acumulado, de R\$ 77.896 mil (R\$ 38.824 mil em 31/12/2017), correspondente a 16,24% do valor das Provisões Matemáticas.

O agravamento da insuficiência e por conseguinte do déficit técnico no exercício de 2018 decorreu, principalmente, devido à alteração da taxa de juros de 5,25% a.a. para 4,61% a.a. (impacto em torno de R\$ 31 milhões).

#### 4.4.4. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO 2018

O Plano BD registrou, em 31/12/2018, déficit técnico acumulado de R\$ 77.896 mil. Para atender ao que determina a Lei Complementar nº 109/2001, e o § 1º do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, e suas alterações, será aprovado pelo Conselho Deliberativo, até o final do exercício de 2019, o Plano de Equacionamento, relativo ao déficit técnico atuarial sob comento, a ser pago pelos Patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas).

Embora o déficit técnico acumulado do exercício de 2018 tenha sido R\$ 77.896 mil, conforme acima mencionado, o valor do déficit a ser equacionado, de acordo com o Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, caput, vigente até 31/12/2018, será de R\$ 33.603 mil, valor histórico, a ser atualizado pela meta atuarial, quando da sua efetiva implantação, em fevereiro de 2020, conforme § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

Abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo da apuração do déficit técnico atuarial do exercício de 2018:

DESCRIÇÃO	2018
(A) Patrimônio de Cobertura do Plano BD em 31/12/2018	401.727
(B) Provisões Matemáticas do Plano BD (BaC+BC) em 31/12/2018	479.623
<b>(C) = (A-B) Equilíbrio Técnico do Plano BD em 31/12/2018</b>	<b>(77.896)</b>
(D) Limite do Déficit do Plano BD (*)	32.519
(E) Ajuste de Precificação dos Títulos	11.774
<b>(F) = (C+D+E) Valor Líquido do Déficit de 2018 a ser equacionado (**)</b>	<b>(33.603)</b>

(\*) - Limite permitido para não equacionamento imediato do Déficit Técnico Acumulado =  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ . (duração do passivo = 10,78 anos)

(\*\*) - Prazo para amortização do Plano de Equacionamento: 194 meses (13 meses de carência + 181 meses de pagamento).

#### **4.5. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS**

A CABEC conta com uma equipe de trabalho constituída de 08 (oito) empregados do quadro próprio, incluindo 01 (uma) empregada que exerce o cargo de diretora estatutária, e 03 (três) empregados do Banco Bradesco S.A., participantes do Plano BD, cedidos sem ônus para esta Entidade, 02 (dois) dos quais exercendo cargos de diretores estatutários.

Fortaleza (CE), 20 de fevereiro de 2019.

*Elisabeth Maria Moreira Lima Porto*  
*Diretora Adm. e de Seguridade*

*Francisco Luiz Fernandes*  
*Diretor Financeiro*

*Sandra Maria Nery Araújo*  
*Diretora Superintendente*

## 5. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### 5.1. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PLANO BD

<b>Relatório Resumo - Política de Investimentos - CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC</b>			
<b>Aprovada para o exercício de 2019</b>			
Plano de Benefícios:		Plano de Benefício Definido - PBD	
Nº da ata de aprovação:		460	
Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:		20/12/2018	
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:		Francisco Luiz Fernandes	
CPF:		042.833.413-04	
Cargo:		Diretor Financeiro	
Segmento:		Plano de Benefícios	
Período:		01/01/2019 a 31/12/2019	
<b>Tx mínima atuarial (TMA):</b>		<b>Taxa de juros: 4,61% a.a.</b>	
<b>Indexador: INPC</b>			
<b>Controle de Riscos:</b>	• Risco de Mercado	<b>Comentários:</b>	Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor / administrador, custodiante, consultorias.
	• Risco de Liquidez		
	• Risco de Contraparte		
	• Risco Legal		
	• Risco Operacional		
	• Outros		
<b>Realiza o apreçamento de ativos financeiros:</b>		SIM	<b>Dispõe de Manual:</b> SIM
<b>Possui modelo proprietário de risco:</b>		SIM	<b>Dispõe de Manual:</b> NÃO
<b>Realiza estudos de ALM:</b>		SIM	
<b>Observação:</b>			
<b>Alocação de Recursos</b>			
Período de referência: 01/2019 a 12/2019			
<b>Investimentos</b>	<b>P.I. (Piso)</b>	<b>P.I. (Teto)</b>	<b>Alvo</b>
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	85,07%
Segmento Renda Variável	0,00%	35,00%	5,52%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	20,00%	3,01%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	1,64%
Segmento de Imóveis	0,00%	20,00%	3,59%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	15,00%	1,17%
<b>A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:</b>		SIM	
<b>Utiliza Derivativos:</b>		SIM	
<b>Avaliação prévia dos riscos envolvidos:</b>		SIM	
<b>Existência de sistemas de controles internos:</b>		SIM	
<b>O plano possui Perfis de Investimentos:</b>		NÃO	
<b>Alocação por Emissor</b>			
<b>Emissor</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Não Aplica</b>
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	16,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X

Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC / FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	
<b>Observação:</b>	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de <i>rating</i> adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.		
<b>Concentração por Emissor</b>			
<b>Emissor</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Não Aplica</b>
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	25,00%	
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%	
<b>Concentração por Investimentos</b>			
<b>Emissor</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Não Aplica</b>
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	
<b>Rentabilidade (%) - Método de Cotização Adaptada</b>			
<b>Emissor</b>	<b>2017</b>	<b>Até 08/2018</b>	
Plano	11,22%	5,06%	
Renda Fixa	10,57%	5,58%	
Renda Variável	40,98%	-0,66%	
Investimentos Estruturados	4,19%	4,27%	
Investimentos no Exterior	4,26%	1,34%	
Imóveis	7,03%	4,06%	
Operações com Participantes	9,78%	7,49%	
<b>Observação:</b>	A Entidade adotará, para 2019, o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PBD.		
<b>Esclarecimentos Adicionais</b>			
A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco ( <i>rating</i> ) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o <i>rating</i> , são determinados limites de diversificação complementares.			
<b>Meta de Rentabilidade dos Segmentos</b>			
<b>Segmentos</b>	<b>Indexador</b>		
	<b>Participação</b>	<b>Índice / Taxa</b>	
Renda Fixa	101,00%	INPC + 5,25% a.a. ( * )	
Renda Variável	100,00%	IBrX	
Investimentos Estruturados	101,00%	IHFA	



Investimentos no Exterior	104,00%	INPC + 5,25% a.a.*
Imóveis	100,00%	INPC + 5,25% ao ano*
Operações com Participantes	115,00%	INPC + 5,25% a.a.*

(\* ) - Meta Atuarial

## 5.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Relatório Resumo - Política de Investimentos - CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC					
Aprovada para o exercício de 2019					
Plano de Gestão:		Plano de Gestão Administrativa - PGA			
Nº da ata de aprovação:		460			
Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:		20/12/2018			
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:		Francisco Luiz Fernandes			
CPF:		042.833.413-04			
Cargo:		Diretor Financeiro			
Segmento:		Plano de Gestão			
Período:		01/01/2019 a 31/12/2019			
Índice de Referência					
Partic.	Plano/Segmento	Indexador	Indexadores	Taxa de Juros a.a.	
100,00%	Plano de Gestão Administrativa	100,00%	CDI/DI-CETIP	-	
<b>Controle de Riscos:</b>	Risco de Mercado	<b>Comentários:</b>	Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços, tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.		
	Risco de Liquidez				
	Risco de Contraparte				
	Risco Legal				
	Risco Operacional				
	Outros				
Realiza o apreçamento de ativos financeiros:			SIM	<b>Dispõe de Manual:</b> SIM	
Possui modelo proprietário de risco:			SIM	<b>Dispõe de Manual:</b> NÃO	
Realiza estudos de ALM:			NÃO		
<b>Observação:</b>	A CABEC entende que, para plano como o PGA, não se aplica estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM.				
Alocação de Recursos					
Período de referência: 01/2019 a 12/2019					
Investimentos			P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa			90,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável			0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados			0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior			0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis			0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes			0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:			SIM		
Utiliza Derivativos:			SIM		
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:			SIM		
Existência de sistemas de controles internos:			SIM		
O plano possui Perfis de Investimentos:			NÃO		
Alocação por Emissor					

Emissor		Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional		0,00%	100,00%	
Instituição Financeira		0,00%	16,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal				X
Companhia Aberta com Registro na CVM		0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral		0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora		0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício		0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC		0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta		0,00%	0,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE		0,00%	0,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados		0,00%	0,00%	
<b>Observação:</b>	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM será de acordo com a escala de <i>rating</i> adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.			
Concentração por Emissor				
Emissor		Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE		0,00%	25,00%	
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta		0,00%	25,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira		0,00%	25,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta		0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados		0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior		0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil		0,00%	25,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário		0,00%	25,00%	
Concentração por Investimentos				
Emissor		Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários		0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC		0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário		0,00%	25,00%	
Rentabilidade (%) - Método de Cotização Adaptada				
Emissor		2017	Até 08/2018	
Plano		10,11%	4,23%	
Renda Fixa		10,11%	4,23%	
Renda Variável		-----	X	
Investimentos Estruturados		-----	X	
Investimentos no Exterior		-----	X	
Imóveis		-----	X	
Operações com Participantes		-----	X	
<b>Observação:</b>	A Entidade adotará para 2019 o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PGA.			
Esclarecimentos Adicionais				
A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco ( <i>rating</i> ) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o <i>rating</i> , são determinados limites de diversificação complementares.				

<b>Meta de Rentabilidade dos Segmentos</b>		
<b>Segmentos</b>	<b>Indexador</b>	
	<b>Participação</b>	<b>Índice / Taxa</b>
Renda Fixa	100,00%	CDI
Renda Variável	Não haverá alocação, e, assim, não haverá meta.	
Investimentos Estruturados	Não haverá alocação, e, assim, não haverá meta.	
Investimentos no Exterior	Não haverá alocação, e, assim, não haverá meta.	
Imóveis	Não haverá alocação, e, assim, não haverá meta.	
Operações com Participantes	Não haverá alocação, e, assim, não haverá meta.	

## 6. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

### 6.1. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PLANO BD

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTÃO TERCEIRIZADA			GESTÃO PRÓPRIA	
			VALORES EM R\$	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTOR	VALORES EM R\$	% RECURSOS GARANTIDORES
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>13.572,36</b>	-	-	-	-	<b>13.572,36</b>	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>360.738.305,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>320.050.274,75</b>	<b>88,72%</b>	-	<b>40.688.031,13</b>	<b>11,28%</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>21.437.001,71</b>	<b>5,94%</b>	<b>21.437.001,71</b>	<b>5,94%</b>	-	-	-
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	21.440.469,61	5,94%	21.440.469,61	5,94%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
TESOURARIA	(3.467,90)	-	(3.467,90)	-	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
<b>COMPANHIAS ABERTAS - DEBÊNTURE</b>	<b>1.372,35</b>	-	-	-	-	<b>1.372,35</b>	-
DEBÊNTURE DA CIA VALE DO RIO DOCE	1.372,35	-	-	-	-	1.372,35	-
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>320.804.232,38</b>	<b>88,94%</b>	<b>298.613.273,04</b>	<b>82,78%</b>	-	<b>22.190.959,34</b>	<b>6,16%</b>
<b>FUNDOS DE RENDA FIXA</b>	<b>33.262.768,06</b>	<b>9,22%</b>	<b>33.262.768,06</b>	<b>9,22%</b>	-	-	-
ICATU VANGUARDA OUTONO	33.262.768,06	9,22%	33.262.768,06	9,22%	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	-	-
<b>FUNDO DE AÇÕES</b>	<b>21.992.489,62</b>	<b>6,11%</b>	-	-	-	<b>21.992.489,62</b>	<b>6,11%</b>
FATOR SINERGIA	7.479.870,41	2,07%	-	-	-	7.479.870,41	2,07%
SUL AMÉRICA EXPERTISE II	3.557.785,45	0,99%	-	-	-	3.557.785,45	0,99%
APEX AÇÕES 30 FIC FIA	2.656.251,85	0,74%	-	-	-	2.656.251,85	0,74%
KONDOR EQ. INST. FIA	2.760.526,67	0,77%	-	-	-	2.760.526,67	0,77%
BOGARI VAL FIC FIA	2.873.741,24	0,80%	-	-	-	2.873.741,24	0,80%
NEO NAVITAS FIA	2.668.447,10	0,74%	-	-	-	2.668.447,10	0,74%
VALORES A PAGAR / RECEBER	(4.133,10)	-	-	-	-	(4.133,10)	-
<b>FUNDOS MULTIMERCADOS</b>	<b>265.350.504,98</b>	<b>73,56%</b>	<b>265.350.504,98</b>	<b>73,56%</b>	-	-	-
<b>FUNDO BRADESCO SOWETO FIC FI</b>	<b>122.387.767,34</b>	<b>33,91%</b>	<b>122.387.767,34</b>	<b>33,91%</b>	-	-	-
<b>FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL</b>	<b>3.504.687,34</b>	<b>0,97%</b>	<b>3.504.687,34</b>	<b>0,97%</b>	-	-	-
FIA INST IBX ATIVO	3.504.687,34	0,97%	3.504.687,34	0,97%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA</b>	<b>11.654.139,30</b>	<b>3,23%</b>	<b>11.654.139,30</b>	<b>3,23%</b>	-	-	-

BRAM H FI MULT MACRO INST	11.654.139,30	3,23%	11.654.139,30	3,23%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
<b>FUNDOS APLIC. QUOTAS FUNDOS INVEST. FINANCEIROS - GERAL</b>	<b>104.366.836,25</b>	<b>28,93%</b>	<b>104.366.836,25</b>	<b>28,93%</b>	-	-	-
BRADESCO FIM PLUS	104.366.836,25	28,93%	104.366.836,25	28,93%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>	<b>2.887.559,97</b>	<b>0,79%</b>	<b>2.887.559,97</b>	<b>0,79%</b>	-	-	-
BRADESCO FIM C.P. INV. EXTERIOR YELD EXPLORER	2.887.559,97	0,80%	2.887.559,97	0,80%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
VALORES A PAGAR/RECEBER	(26.162,09)	-0,01%	(26.162,09)	-0,01%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
TESOURARIA	706,57	-	706,57	-	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
<b>FUNDO SUL AMÉRICA OCEANO FI MULTIMERCADO</b>	<b>142.962.737,64</b>	<b>39,65%</b>	<b>142.962.737,64</b>	<b>39,65%</b>	-	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ESTRUTURADO	9.888.486,71	2,74%	9.888.486,71	2,74%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
RENDA FIXA	133.167.642,45	36,94%	133.167.642,45	36,94%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
VALORES A PAGAR/RECEBER	(98.391,52)	-0,03%	(98.391,52)	-0,03%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
TESOURARIA	5.000,00	-	5.000,00	-	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	<b>198.469,72</b>	<b>0,05%</b>	-	-	-	<b>198.469,72</b>	<b>0,05%</b>
MULTISSETORIAL ITÁLIA	12.188,79	-	-	-	-	12.188,79	-
VALORES A PAGAR / RECEBER	(2,29)	-	-	-	-	(2,29)	-
BLOQUEIO JUDICIAL	186.283,22	0,05%	-	-	-	186.283,22	0,05%
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>13.747.958,36</b>	<b>3,81%</b>	-	-	-	<b>13.747.958,36</b>	<b>3,81%</b>
USO PRÓPRIO	1.197.981,71	0,33%	-	-	-	1.197.981,71	0,33%
LOCADOS A PATROCINADOR	4.029.451,94	1,12%	-	-	-	4.029.451,94	1,12%
LOCADOS A TERCEIROS	1.078.569,24	0,30%	-	-	-	1.078.569,24	0,30%
RENDAS DE PARTICIPAÇÕES - SHOPPING CENTER	7.245.791,20	2,01%	-	-	-	7.245.791,20	2,01%
DIREITOS E ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	196.164,27	0,05%	-	-	-	196.164,27	0,05%
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>4.703.447,36</b>	<b>1,30%</b>	-	-	-	<b>4.703.447,36</b>	<b>1,30%</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS</b>	<b>44.293,72</b>	<b>0,01%</b>	-	-	-	<b>44.293,72</b>	<b>0,01%</b>
EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS	(17.501,66)	-	-	-	-	(17.501,66)	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS</b>	<b>360.734.376,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>320.050.274,75</b>	<b>88,72%</b>	-	<b>40.684.101,83</b>	<b>11,28%</b>

## 6.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - DI, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTÃO TERCEIRIZADA			GESTÃO PRÓPRIA	
			VALORES EM R\$	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTOR	VALORES EM R\$	% RECURSOS GARANTIDORES
DISPONÍVEL	345,33	0,06%	-	-	-	345,33	0,06%
INVESTIMENTOS	627.468,21	99,94%	627.468,21	99,94%	-	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	627.468,21	99,94%	627.468,21	99,94%	-	-	-
FUNDO DE RENDA FIXA	627.468,21	99,94%	627.468,21	99,94%	-	-	-
SUL AMÉRICA EXCLUSIVE	627.468,21	99,94%	627.468,21	99,94%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES RESERVAS TÉCNICAS</b>	<b>627.813,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>627.468,21</b>	<b>99,94%</b>	<b>-</b>	<b>345,33</b>	<b>0,06%</b>

## 7. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014.

ANO DE 2018						
Segmento	Alocação	% de Participação	Despesas com Fundos/Custódia (*)	Outros Custos	Rentabilidade Líquida	Rentabilidade Bruta (estimada)
Renda Fixa	303.969.382,80	84,27%	- 735.117,79	-	8,42%	8,66%
Renda Variável	25.497.176,96	7,07%	- 61.662,22	-	17,75%	17,99%
Estruturado	9.888.486,71	2,74%	- 23.914,26	-	6,05%	6,29%
Exterior	2.887.559,97	0,80%	- 6.983,26	-	3,74%	3,98%
Imóveis	13.747.958,36	3,81%	-	-	0,89%	0,89%
Empréstimos	4.703.447,36	1,31%	-	-	10,60%	10,60%
<b>Consolidado</b>	<b>360.694.012,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>- 827.677,53</b>	<b>-</b>	<b>8,60%</b>	<b>8,83%</b>

(\*) - As despesas extraídas das carteiras de investimentos foram rateadas de acordo com a participação de cada segmento. Para o Cálculo da Rentabilidade Bruta (estimada), realizado pela área financeira, tirou-se o efeito dos seguintes eventos que compõem as Contas a Pagar/Receber dos Fundos de Renda Fixa e de Renda Variável: ajuste de futuros, ajuste de cotas, resgates com cotas de liquidação D+n e bloqueios judiciais.

Rentabilidade Líquida (Fonte relatório Custódia)					
Data	Carteira Própria	Icatu vanguarda Outono	Bradesco Soweto	Cabec ALM	Sul América Oceano
jan/18	6,21%	0,59%	0,70%	1,08%	1,02%
fev/18	-2,25%	0,47%	0,59%	0,65%	0,79%
mar/18	1,43%	0,54%	0,65%	0,75%	0,91%
abr/18	3,98%	0,50%	0,47%	0,68%	0,69%
mai/18	-7,24%	0,43%	0,14%	0,71%	0,18%
jun/18	-3,82%	0,40%	0,34%	1,39%	0,94%
jul/18	7,29%	0,71%	0,63%	1,36%	1,15%
ago/18	-5,26%	0,46%	0,28%	0,60%	0,69%
set/18	-0,03%	0,52%	0,47%	0,60%	0,57%
out/18	14,12%	0,82%	0,88%	0,53%	1,18%
nov/18	3,54%	0,47%	0,55%	0,48%	0,63%
dez/18	0,77%	0,64%	0,55%	0,48%	0,52%
<b>Total</b>	<b>18,19%</b>	<b>6,75%</b>	<b>6,43%</b>	<b>9,71%</b>	<b>9,69%</b>

Rentabilidade Bruta Estimada (Por veículo de Investimento)					
Data	Carteira Própria	Icatu vanguarda Outono	Bradesco Soweto	Cabec ALM	Sul América Oceano
jan/18	6,23%	0,63%	0,72%	1,10%	1,03%
fev/18	-2,22%	0,51%	0,61%	0,67%	0,80%
mar/18	1,46%	0,59%	0,67%	0,76%	0,93%
abr/18	4,01%	0,55%	0,49%	0,70%	0,71%
mai/18	-7,22%	0,47%	0,16%	0,72%	0,20%
jun/18	-3,80%	0,44%	0,37%	1,41%	0,96%
jul/18	7,31%	0,76%	0,65%	1,38%	1,17%
ago/18	-5,24%	0,50%	0,30%	0,62%	0,71%
set/18	-0,01%	0,56%	0,49%	0,61%	0,58%
out/18	14,14%	0,86%	0,90%	0,55%	1,20%
nov/18	3,56%	0,52%	0,57%	0,49%	0,64%
dez/18	0,79%	0,69%	0,57%	0,50%	0,54%
<b>Total</b>	<b>18,49%</b>	<b>7,31%</b>	<b>6,70%</b>	<b>9,92%</b>	<b>9,87%</b>

## 8. SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO BD

### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, POR PROGRAMA, DO PLANO DE BENEFÍCIO

( Em R\$ Mil)

DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2018	% TOTAL	2017	% TOTAL	VARIAÇÃO %
<b>Administrativas</b>	<b>2.142</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.254</b>	<b>100,00%</b>	<b>(4,97%)</b>
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>1.227</b>	<b>57,29%</b>	<b>1.325</b>	<b>58,78%</b>	<b>(7,40%)</b>
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>481</b>	<b>22,46%</b>	<b>570</b>	<b>25,31%</b>	<b>(15,61%)</b>
Dirigentes	167	7,80%	157	6,97%	6,37%
Pessoal Próprio	303	14,15%	409	18,16%	(25,92%)
Estagiários	11	0,51%	4	0,18%	175,00%
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>22</b>	<b>1,03%</b>	<b>21</b>	<b>0,93%</b>	<b>4,76%</b>
Empregados	4	0,19%	7	0,31%	(42,86%)
Diretores	10	0,47%	6	0,27%	66,67%
Conselheiros	8	0,37%	8	0,35%	0,00%
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>7</b>	<b>0,33%</b>	<b>6</b>	<b>0,27%</b>	<b>16,67%</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>519</b>	<b>24,23%</b>	<b>530</b>	<b>23,51%</b>	<b>(2,08%)</b>
Pessoas Físicas	41	1,91%	7	0,31%	485,71%
Consultoria	22	1,03%	18	0,80%	22,22%
Auditoria Atuarial de Benefícios	75	3,50%	117	5,19%	(35,90%)
Atuário	43	2,01%	44	1,95%	(2,27%)
Consultoria Contábil	165	7,70%	165	7,32%	0,00%
Serviços de Informática	124	5,79%	130	5,77%	(4,62%)
Assessoria Jurídica	9	0,42%	9	0,40%	0,00%
Serviços Técnicos	13	0,61%	14	0,62%	(7,14%)
Seguro de Responsabilidade Civil	27	1,26%	26	1,15%	3,85%
<b>Despesas Gerais</b>	<b>98</b>	<b>4,57%</b>	<b>106</b>	<b>4,69%</b>	<b>(7,55%)</b>
Energia e Telefone	19	0,89%	21	0,93%	(9,52%)
Impostos, Taxas e Emolumentos	2	0,09%	2	0,09%	0,00%
Aluguel da Sede	40	1,87%	40	1,77%	0,00%
Correios	5	0,23%	8	0,35%	(37,50%)
Contribuição para Associações	9	0,42%	10	0,44%	(10,00%)
Outras Despesas	23	1,07%	25	1,11%	(8,00%)
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>9</b>	<b>0,42%</b>	<b>8</b>	<b>0,35%</b>	<b>12,50%</b>
<b>Tributos</b>	<b>91</b>	<b>4,25%</b>	<b>84</b>	<b>3,72%</b>	<b>8,33%</b>
PIS	10	0,47%	9	0,40%	11,11%
COFINS	62	2,89%	56	2,48%	10,71%
TAFIC - Taxa Fiscalização Controle Prev. Complementar	18	0,84%	18	0,80%	0,00%
IPTU	1	0,05%	1	0,04%	0,00%
<b>Investimentos</b>	<b>915</b>	<b>42,71%</b>	<b>929</b>	<b>41,22%</b>	<b>(1,51%)</b>
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>362</b>	<b>16,89%</b>	<b>427</b>	<b>18,94%</b>	<b>(15,22%)</b>
Dirigentes	123	5,74%	113	5,01%	8,85%
Pessoal Próprio	228	10,64%	302	13,40%	(24,50%)
Estagiários	11	0,51%	12	0,53%	(8,33%)
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>22</b>	<b>1,03%</b>	<b>21</b>	<b>0,93%</b>	<b>4,76%</b>
Empregados	4	0,19%	7	0,31%	(42,86%)
Diretores	10	0,47%	6	0,27%	66,67%
Conselheiros	8	0,37%	8	0,35%	0,00%
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>7</b>	<b>0,33%</b>	<b>6</b>	<b>0,27%</b>	<b>16,67%</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>363</b>	<b>16,95%</b>	<b>306</b>	<b>13,58%</b>	<b>18,63%</b>
Consultoria	41	1,91%	7	0,31%	485,71%
Auditoria Externa	22	1,03%	18	0,80%	22,22%



Consultoria Contábil	43	2,01%	44	1,95%	(2,27%)
Serviços de Informática	103	4,81%	105	4,67%	(1,90%)
Assessoria Jurídica	17	0,79%	6	0,27%	183,33%
Consultoria dos Investimentos	88	4,11%	79	3,50%	11,39%
Serviços Técnicos	9	0,42%	9	0,40%	0,00%
Seguro de Responsabilidade Civil	13	0,61%	12	0,53%	8,33%
Outras Pessoas Jurídicas	27	1,26%	26	1,15%	3,85%
<b>Despesas Gerais</b>	<b>99</b>	<b>4,61%</b>	<b>106</b>	<b>4,70%</b>	<b>(6,60%)</b>
Energia e Telefone	20	0,93%	22	0,98%	(9,09%)
Impostos, Taxas e Emolumentos	2	0,09%	2	0,09%	0,00%
Aluguel da Sede	40	1,87%	40	1,78%	0,00%
Correios	5	0,23%	8	0,35%	(37,50%)
Contribuição para Associações	9	0,42%	10	0,44%	(10,00%)
Outras Despesas	23	1,07%	24	1,06%	(4,17%)
<b>Tributos</b>	<b>62</b>	<b>2,90%</b>	<b>63</b>	<b>2,80%</b>	<b>(1,59%)</b>
PIS sobre Receita	6	0,28%	6	0,27%	0,00%
Cofins sobre Receita	37	1,73%	38	1,69%	(2,63%)
TAFIC - Taxa Fiscalização Controle Prev. Complementar	18	0,84%	18	0,80%	0,00%
IPTU	1	0,05%	1	0,04%	0,00%
<b>Gestão dos Investimentos</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>73</b>	<b>100,00%</b>	<b>(78,08%)</b>
Impostos, Custódia, Taxas, Emolumentos e Tarifas Bancárias	16	100,00%	73	100,00%	(78,08%)

## 9. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>14</b>	<b>21</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>608</b>	<b>662</b>
			GESTÃO PREVIDENCIAL	460	498
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>410.931</b>	<b>407.766</b>	GESTÃO ADMINISTRATIVA	130	138
GESTÃO PREVIDENCIAL	49.533	43.258	INVESTIMENTOS	18	26
GESTÃO ADMINISTRATIVA	33	14			
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>361.365</b>	<b>364.494</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>6.366</b>	<b>8.419</b>
TÍTULOS PÚBLICOS	21.437	22.580	GESTÃO PREVIDENCIAL	6.366	8.419
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1	237			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	321.432	323.004	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>404.004</b>	<b>398.733</b>
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	13.748	14.523	<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>401.727</b>	<b>396.914</b>
EMPRÉSTIMOS	4.703	4.106	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>479.623</b>	<b>435.738</b>
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	44	44	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	482.649	440.316
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	14.028	18.159
<b>PERMANENTE</b>	<b>33</b>	<b>27</b>	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(17.054)	(22.737)
IMOBILIZADO	33	27			
			<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(77.896)</b>	<b>(38.824)</b>
			<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>(77.896)</b>	<b>(38.824)</b>
			(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(77.896)	(38.824)
			<b>FUNDOS</b>	<b>2.277</b>	<b>1.819</b>
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	564	211
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.713	1.608
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>410.978</b>	<b>407.814</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>410.978</b>	<b>407.814</b>

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

Sandra Maria Nery Araújo  
 Diretora-Superintendente  
 CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes  
 Diretor-Financeiro  
 CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto  
 Diretora-Administrativa e de Segurança  
 CPF: 167.574.753-91

Creusimar Barbosa Lima  
 Contador - CRC-CE 10.453  
 CPF: 293.386.203-44

## 10. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2018	2017	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>		<b>398.733</b>	<b>379.558</b>	<b>5,05</b>
<b>1. Adições</b>		<b>50.990</b>	<b>65.326</b>	<b>(21,95)</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	19.824	23.575	(15,91)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.078	37.158	(24,44)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	494	2.076	(76,20)
(+)	Receitas Administrativas	2.470	2.335	5,78
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	19	16	18,75
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	105	166	(36,75)
<b>2. Destinações</b>		<b>(45.719)</b>	<b>(46.151)</b>	<b>(0,94)</b>
(-)	Benefícios	(43.583)	(43.891)	(0,70)
(-)	Despesas Administrativas	(2.136)	(2.260)	(5,49)
<b>3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>5.271</b>	<b>19.175</b>	<b>(72,51)</b>
(+)	Provisões Matemáticas	43.886	10.373	323,08
(+)	(Déficit)/Superávit Técnico do Exercício	(39.073)	8.545	(557,26)
(+/-)	Fundos Administrativos	353	91	287,91
(+/-)	Fundos dos Investimentos	105	166	(36,75)
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>		<b>404.004</b>	<b>398.733</b>	<b>1,32</b>

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

*Sandra Maria Nery Araújo*  
 Diretora-Superintendente  
 CPF: 140.095.603-04

*Francisco Luiz Fernandes*  
 Diretor-Financeiro  
 CPF: 042.833.413-04

*Elisabeth Maria Moreira Lima Porto*  
 Diretora-Administrativa e de Seguridade  
 CPF: 167.574.753-91

*Creusimar Barbosa Lima*  
 Contador - CRC-CE 10.453  
 CPF: 293.386.203-44

## 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PLANO BD)

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2018	2017	VARIAÇÃO (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>396.914</b>	<b>377.996</b>	<b>5,00</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>49.951</b>	<b>64.211</b>	<b>(22,21)</b>
(+)	Contribuições	21.379	24.977	(14,41)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	28.078	37.158	(24,44)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	494	2.076	(76,20)
	<b>2. Destinações</b>	<b>(45.138)</b>	<b>(45.293)</b>	<b>(0,34)</b>
(-)	Benefícios	(43.583)	(43.891)	(0,70)
(-)	Custeio Administrativo	(1.555)	(1.402)	10,91
	<b>3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>4.813</b>	<b>18.918</b>	<b>(74,56)</b>
(+)	Provisões Matemáticas	43.886	10.373	323,08
(+)	(Déficit)/Superávit Técnico do Exercício	(39.073)	8.545	(557,26)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>401.727</b>	<b>396.914</b>	<b>1,21</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>(458)</b>	<b>(257)</b>	<b>78,21</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	(353)	(91)	287,91
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(105)	(166)	(36,75)

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

*Sandra Maria Nery Araújo*  
Diretora-Superintendente  
CPF: 140.095.603-04

*Francisco Luiz Fernandes*  
Diretor-Financeiro  
CPF: 042.833.413-04

*Elisabeth Maria Moreira Lima Porto*  
Diretora-Administrativa e de Seguridade  
CPF: 167.574.753-91

*Creusimar Barbosa Lima*  
Contador - CRC-CE 10.453  
CPF: 293.386.203-44

## 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO BD)

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>410.848</b>	<b>407.676</b>	<b>0,78</b>
Disponível	14	20	(30,00)
Recebível	50.096	43.469	15,25
<b>Investimento</b>	<b>360.738</b>	<b>364.187</b>	<b>(0,95)</b>
Títulos Públicos	21.437	22.580	(5,06)
Créditos Privados e Depósitos	1	237	(99,58)
Fundos de Investimento	320.805	322.697	(0,59)
Investimentos Imobiliários	13.748	14.523	(5,34)
Empréstimos	4.703	4.106	14,54
Depósitos Judiciais / Recursais	44	44	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>6.844</b>	<b>8.943</b>	<b>(23,47)</b>
Operacional	478	524	(8,78)
Contingencial	6.366	8.419	(24,39)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.277</b>	<b>1.819</b>	<b>25,18</b>
Fundo Administrativo	564	211	167,30
Fundo dos Investimentos	1.713	1.608	6,53
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>401.727</b>	<b>396.914</b>	<b>1,21</b>
Provisões Matemáticas	479.623	435.738	10,07
Déficit Técnico	(77.896)	(38.824)	100,64
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico ajustado</b>	<b>(66.122)</b>	<b>(26.868)</b>	<b>146,10</b>
a) Equilíbrio Técnico	(77.896)	(38.824)	100,64
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.774	11.956	(1,52)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(66.122)	(26.868)	146,10

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

Sandra Maria Nery Araújo  
 Diretora-Superintendente  
 CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes  
 Diretor-Financeiro  
 CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto  
 Diretora-Administrativa e de Seguridade  
 CPF: 167.574.753-91

Creusimar Barbosa Lima  
 Contador - CRC-CE 10.453  
 CPF: 293.386.203-44

### 13. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>211</b>	<b>120</b>	<b>75,83</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.489</b>	<b>2.351</b>	<b>5,87</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>2.489</b>	<b>2.351</b>	<b>5,87</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.555	1.402	<b>10,91</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	911	931	(2,15)
Taxa de Administração de Empréstimos	3	1	200,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	19	16	18,75
Outras Receitas	1	1	0,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>2.136</b>	<b>2.260</b>	<b>(5,49)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.224</b>	<b>1.329</b>	<b>(7,90)</b>
Pessoal e encargos	482	570	(15,44)
Treinamentos/congressos e seminários	21	21	0,00
Viagens e estadias	7	7	0,00
Serviços de terceiros	517	531	(2,64)
Despesas gerais	97	107	(9,35)
Depreciações e amortizações	9	9	0,00
Tributos	91	84	8,33
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>912</b>	<b>931</b>	<b>(2,04)</b>
Pessoal e encargos	362	428	(15,42)
Treinamentos/congressos e seminários	21	21	0,00
Viagens e estadias	7	6	16,67
Serviços de terceiros	362	307	17,92
Despesas gerais	97	106	(8,49)
Tributos	63	63	0,00
<b>6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>353</b>	<b>91</b>	<b>287,91</b>
<b>7. Constituição do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>353</b>	<b>91</b>	<b>287,91</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>564</b>	<b>211</b>	<b>167,30</b>

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

Sandra Maria Nery Araújo  
Diretora-Superintendente  
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes  
Diretor-Financeiro  
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto  
Diretora-Administrativa e de Seguridade  
CPF: 167.574.753-91

Creusimar Barbosa Lima  
Contador - CRC-CE 10.453  
CPF: 293.386.203-44

## 14. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO BD)

(Em R\$ ml)

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>410.284</b>	<b>407.465</b>	<b>0,69</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>479.623</b>	<b>435.738</b>	<b>10,07</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>482.649</b>	<b>440.316</b>	<b>9,61</b>
Benefício Definido	482.649	440.316	9,61
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>14.028</b>	<b>18.159</b>	<b>(22,75)</b>
Benefício Definido	<b>14.028</b>	<b>18.159</b>	<b>(22,75)</b>
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(17.054)</b>	<b>(22.737)</b>	<b>(24,99)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>(17.054)</b>	<b>(22.737)</b>	<b>(24,99)</b>
(-) Patrocinador(es)	-	(5.399)	(100,00)
(-) Participantes	(481)	(687)	(0,44)
(-) Assistidos	(16.573)	(16.651)	<b>(1,69)</b>
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(77.896)</b>	<b>(38.824)</b>	<b>100,64</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(77.896)</b>	<b>(38.824)</b>	<b>100,64</b>
(-) Déficit técnico acumulado	(77.896)	(38.824)	100,64
<b>3. Fundos</b>	<b>1.713</b>	<b>1.608</b>	<b>6,53</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.713	1.608	6,53
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>478</b>	<b>524</b>	<b>(8,78)</b>
4.1. Gestão Previdencial	460	498	(7,63)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	18	26	(30,77)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>6.366</b>	<b>8.419</b>	<b>(24,39)</b>
5.1. Gestão Previdencial	6.366	8.419	(24,39)

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

*Sandra Maria Nery Araújo*  
 Diretora-Superintendente  
 CPF: 140.095.603-04

*Francisco Luiz Fernandes*  
 Diretor-Financeiro  
 CPF: 042.833.413-04

*Elisabeth Maria Moreira Lima Porto*  
 Diretora-Administrativa e de Seguridade  
 CPF: 167.574.753-91

*Creusimar Barbosa Lima*  
 Contador - CRC-CE 10.453  
 CPF: 293.386.203-44

## **15. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

(31 de dezembro de 2018 e 2017.)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC é entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em dezembro de 1971 pela Portaria nº 1.678, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Economia (antigo Ministério da Fazenda), por meio da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001.

A CABEC é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – Plano BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 19.790.019-11. Referida Entidade foi criada pelo seu então patrocinador Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, em 1971, e hoje é patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria CABEC.

O objetivo da CABEC, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, é executar plano privado de benefícios suplementares, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, que abrangem:

- ✓ Complementação de Aposentadoria por Invalidez;
- ✓ Complementação de Aposentadoria por Idade;
- ✓ Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- ✓ Complementação de Auxílio-Doença;
- ✓ Complementação de Pensão;
- ✓ Complementação de Abono Anual;
- ✓ Complementação de Auxílio Reclusão; e
- ✓ Pecúlio por Morte.

As regras básicas de concessão e cálculo dos benefícios estão previstas no Regulamento do Plano BD, administrado pela Entidade, distribuído a cada participante e publicado no endereço eletrônico [www.cabec.com.br](http://www.cabec.com.br).

Os recursos garantidores do Plano BD são originados das contribuições dos patrocinadores e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem às disposições da sua Política de Investimentos e, principalmente, da Resolução nº 4.661, de 25/05/2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que revogou as seguintes Resoluções: 3.792/2009, 3.846/2010, 4.275/2013, 4.449/2015, 4.469/2016 e 4.611/2017.



A CABEC não distribui lucro ou participações pelos resultados obtidos em seus investimentos. A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis expedidas por meio da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – MPS/CGPC nº 29/2009, da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, e alterações posteriores, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução 08/2011, e suas alterações posteriores, e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC nº 1.329/2011.

A estrutura da planificação contábil padrão reflete o ciclo operacional de longo prazo da atividade de previdência complementar, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26 (R5), aprovada pela Resolução nº 2017/NBCTG26(R5) do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três Gestões distintas: Previdencial, Assistencial e Administrativa - no caso da CABEC Gestões Previdencial e Administrativa - e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência.

### **3.2. Ativo Realizável**

#### **3.2.1. Gestão Previdencial**

Está representada principalmente pelo Contrato de Assunção de Dívida celebrado entre o Bradesco e a CABEC, além de Depósitos Judiciais/Recursais e valores *sub judice* relacionados a assistidos.

### 3.2.2. Gestão Administrativa

Registra: (1) Cobertura das Despesas Administrativas de Investimento; (2) Despesas Antecipadas; e (3) Participação no Plano de Gestão Administrativa.

### 3.2.3. Investimentos

**3.2.4. Renda Fixa** - *São classificados como renda fixa*: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas; as cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios; e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

De acordo com as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, que Revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30/01/2002, e alterações posteriores, a classificação e os critérios de avaliação dos títulos dividem-se em:

- ✓ *Títulos para negociação* - Registram-se os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; e
- ✓ *Títulos mantidos até o vencimento* - Registram-se os títulos e valores mobiliários, de baixo risco de crédito, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da CABEC de mantê-los em carteira até o vencimento, estando avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, em contrapartida ao resultado do período.

A Resolução CNPC nº 29, acima referida, determina ainda, nos seus artigos 32, parágrafo 2º, 36 e 37, a obrigatoriedade da divulgação, nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, das informações abaixo elencadas, detalhando os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:

- ✓ Títulos mantidos até o vencimento negociado no período, especificando data da negociação, quantidade negociada, valor total negociado, efeito no resultado das demonstrações contábeis e a justificativa para negociação;
- ✓ Montante, natureza e faixa de vencimento;
- ✓ Valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores;
- ✓ Montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação, se for o caso; e
- ✓ Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

**3.2.4.1. Renda Variável:** Os fundos de ações são contabilizados pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas diariamente pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465 de 20/02/2008, com as alterações posteriores, e Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13/04/2018.

**3.2.4.2. Multimercado (Estruturado):** São Classificados como Estruturado os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, utilizam-se de instrumentos de derivativos para proteção de suas posições. O fundo é contabilizado pela variação das quotas.

**3.2.4.3. Investimentos Imobiliários:** Estão registrados pelo valor do custo atualizado pela correção monetária até 31/12/1995 e acrescido das reavaliações efetuadas, sendo as últimas em dezembro de 2018.

A depreciação dos imóveis é calculada de forma linear e registrada como despesa de investimentos. A receita com aluguel é reconhecida pelo regime de competência e registrada como receita de investimentos.

**3.2.4.4. Operações com Participantes:** Estão registradas pelo valor atualizado dos empréstimos concedidos a participantes e assistidos do Plano BD.

**3.2.4.5. Depósitos Judiciais/Recursais:**

- ✓ *Gestão Previdencial* - Registram-se os valores dos depósitos recursais e judiciais relacionados a processos de aposentadorias.
- ✓ *Gestão de Investimentos* - Registra-se o saldo remanescente de restituição de Imposto de Renda, depositado judicialmente, em razão de processo da CABEC contra a Receita Federal, que busca o reconhecimento de sua imunidade, relacionada ao I.R. cobrado sobre operações financeiras.

**3.3. Permanente (Imobilizado)**

Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear em função do tempo de vida útil e de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
Móveis e Utensílios; Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Refrigeradores de Ar	25%

### **3.4. Exigível Operacional**

É representado pelas obrigações administrativas, previdenciais e de investimentos.

### **3.5. Exigível Contingencial**

Registra as provisões constituídas em decorrência de ações judiciais, notadamente aquelas em que o assistido reivindica o enquadramento do seu benefício complementar, com base no denominado Estatuto Primitivo, amparado em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável e cálculo efetuado pela própria CABEC do *quantum* a ser despendido em cada processo, em caso de condenação definitiva.

### **3.6. Patrimônio de Cobertura do Plano**

É representado pelas provisões matemáticas do Plano BD, que são compostas pelos benefícios concedidos e benefícios a conceder, as quais correspondem ao compromisso atual do Plano para com os seus participantes e assistidos, devidamente constituídas em bases técnico-atuariais, sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, deduzidas das provisões matemáticas a constituir e acrescidas do equilíbrio técnico que, atualmente, se configura em déficit técnico acumulado.

### **3.7. Fundos**

**3.7.1. Plano de Gestão Administrativa** – Registra os valores relativos ao Fundo Administrativo – PGA.

**3.7.2. Fundos dos Investimentos** – Registra os valores relativos ao Fundo Reserva Quitação por Morte - CQM, sendo utilizados na quitação do prêmio mensal do seguro prestamista dos contratos dos empréstimos efetuados até 02/10/2017.

### **3.8. Custeio Administrativo**

Encontra-se disciplinado no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que estabelece as regras, normas e critérios para a gestão do custo e do custeio da manutenção da máquina administrativa do gerenciamento previdencial, e do custo e do custeio dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas – RGRT, inclusive a manutenção da máquina administrativa para gerenciar os investimentos.

De acordo com o Regulamento em questão, as fontes de Custeio Administrativo destinadas à manutenção das despesas administrativas da Entidade estão assim previstas:

- ✓ Contribuição dos participantes e assistidos;
- ✓ Contribuição dos patrocinadores;
- ✓ Resultados dos investimentos;
- ✓ Receitas administrativas; e
- ✓ Fundo administrativo.

Cabe destacar que, de acordo com o Regulamento do PGA, o custeio da manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial e das despesas administrativas dos investimentos observa o limite de **0,68%** (zero vírgula sessenta e oito por cento) do montante equivalente aos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

### **3.9. Gestão Previdencial**

Registra e controla as contribuições, os benefícios e os institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, bem como o resultado do Plano de Benefícios Definido - Plano BD de natureza previdencial.

### **3.10. Gestão Administrativa**

Registra e controla a gestão administrativa do Plano BD.

As despesas administrativas são registradas diretamente nas rubricas relacionadas à Gestão Previdencial e Investimentos.

O rateio das despesas administrativas entre a Gestão Previdencial e os Investimentos leva em consideração a alocação de pessoal e encargos, treinamentos/congressos e seminários, viagens e estadias, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e despesas gerais nas respectivas atividades.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são custeadas por 15% das contribuições patronal e social, destinadas ao custeio do Plano BD. As despesas administrativas dos Investimentos são custeadas pela rentabilidade dos Investimentos.

### **3.11. Fluxo dos Investimentos**

Registra e controla as aplicações dos Recursos Garantidores do Plano BD.

## **4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS**

### **4.1. Disponível**

O valor de R\$ 14 mil (R\$ 21 mil em 2017) representa o saldo em conta-corrente bancária.

### **4.2. Realizável**

#### **4.2.1. Gestão Previdencial**

(Em R\$ mil)

<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Recursos a Receber</b>	<b>43.583</b>	<b>36.156</b>
- Déficit Técnico Contratado - 2014	26.931	24.656

- Déficit Técnico Contratado - 2015	11.226	11.459
- Déficit Técnico Contratado - 2016	5.385	-
- Contribuições a Receber	41	41
<b>Adiantamentos</b>	<b>73</b>	<b>131</b>
- Aposentadoria/Pensão Incorporação - Processo Judicial	73	131
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>5.753</b>	<b>6.868</b>
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>124</b>	<b>103</b>
- Valores a Receber	124	103
<b>TOTAL</b>	<b>49.533</b>	<b>43.258</b>

O aumento verificado na rubrica Recursos a Receber refere-se, principalmente, à contabilização, em 2018, do valor relativo ao Contrato de Assunção de Dívida celebrado entre o Bradesco e a CABEC, correspondente à parte patronal do déficit técnico acumulado do exercício de 2016, bem como à atualização do valor do Contrato de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento sob Condição Resolutiva, celebrado entre o Bradesco e a CABEC, correspondente à parte social do déficit técnico acumulado no exercício de 2014. A diminuição verificada na rubrica Depósitos Judiciais/Recursais deve-se a levantamento de depósitos efetuado por determinação judicial, em virtude da extinção de ação judicial.

#### 4.2.2. Gestão Administrativa

(Em R\$ mil)

<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>11</b>	<b>14</b>
- Pessoal e Encargos	9	12
- Despesas Gerais	2	2
<b>Cobertura Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>-</b>
- Custeio Administrativo	22	-
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>14</b>

#### 4.2.3. Aplicações Financeiras

(Em R\$ mil)

<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>21.437</b>	<b>22.580</b>
- Títulos Públicos Federais	21.437	22.580
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>1</b>	<b>237</b>
- Debêntures de Companhias Abertas	1	237
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>321.432</b>	<b>323.004</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>33.890</b>	<b>38.117</b>
- Plano BD	33.263	37.810
- PGA	627	307

<b>Ações</b>	<b>21.993</b>	<b>9.310</b>
<b>Multimercado</b>	<b>265.351</b>	<b>271.900</b>
<b>Direitos Creditórios (FIDCs)</b>	<b>198</b>	<b>3.677</b>
<b>TOTAL</b>	<b>342.870</b>	<b>345.821</b>

(Em R\$ mil)

<b>CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE RENDA FIXA POR FAIXA DE VENCIMENTO, NATUREZA E MONTANTE</b>				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2018		2017	
	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Para negociação	Mantidos até o vencimento
Até 60 dias	11.508	0,00	2.131	0,00
De 61 a 180 dias	1.410	0,00	4.725	0,00
De 181 a 360 dias	0,00	0,00	2.637	41.291
Acima de 360 dias	53.600	116.347	47.439	111.631
<b>Total</b>	<b>66.518</b>	<b>116.347</b>	<b>56.932</b>	<b>152.922</b>

(Em R\$ mil)

<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MERCADO X TIPO</b>				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2018		2017	
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>				
Letra Financeira do Tesouro – LFT	27.220	28.772	32.016	33.825
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Over	10.993	10.993	2.132	2.132
Nota do Tesouro Nacional Série B - NTN-B	15.248	15.383	413	417
<b>TÍTULOS PRIVADOS (baixo risco de crédito)</b>				
CDB	840	889	1.963	2.027
Debêntures	7.399	6.718	11.514	9.495
DPGE	0	0	82	83
Letras Financeiras	3.020	3.198	7.581	8.428
Nota Promissória	500	565	500	525
<b>Total</b>	<b>65.220</b>	<b>66.518</b>	<b>56.201</b>	<b>56.932</b>

Excluem-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.

(Em R\$ mil)

<b>TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>				
<b>CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MARCAÇÃO PELA CURVA X TIPO</b>				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2018		2017	
	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva
Títulos Públicos Federais				
- Nota do Tesouro Nacional Série B - NTN-B	76.689	103.575	112.422	140.928
Títulos Privados com baixo risco de crédito				
- Debêntures	3.617	4.955	3.617	4.702
- Letra Financeira	4.769	7.817	4.769	7.292
<b>Total</b>	<b>85.075</b>	<b>116.347</b>	<b>120.808</b>	<b>152.922</b>

A redução verificada em NTN-B foi em razão de vencimentos de papéis, cujos recursos foram reaplicados pelo gestor em Títulos Públicos Federais, marcados a mercado, e parcialmente utilizados no pagamento das despesas previdenciárias do Plano.

A CABEC, em atenção ao Art. 37 da Resolução CNPC N° 29, de 13/04/2018, declara a sua intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

#### 4.2.4. Títulos objeto do ajuste de precificação

O quadro abaixo apura o ajuste de precificação dos títulos, mantidos até o vencimento, a ser deduzido do déficit técnico acumulado, para fins de equacionamento, em conformidade com a Resolução CNPC n° 16, de 24/11/2014, a Resolução CNPC n° 30, de 10/10/2018, a Instrução Previc n° 19, de 04/02/2015, a Instrução Previc n° 10, de 30/11/2018, e a Portaria Previc n° 86, de 01/02/2019.

ISIN	TIPO	CUPOM	VENC.	FRAÇÃO	TAXA DE APROPRIAÇÃO	QTDE.	VALOR CONTÁBIL
BRSTNCNTB3A0	NTN-B	0.06	15/08/2020	1	0,050990	2300	7.516
BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0.06	15/08/2022	1	0,055507	350	1.145
BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0.06	15/08/2022	1	0,068527	2600	8.176
BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0.06	15/08/2022	1	0,067300	370	1.168
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,056485	2500	8.304
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,064925	600	584
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,064925	188	1.865



BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,065131	600	1.862
BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0.06	15/08/2040	1	0,056588	2500	8.406
BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0.06	15/08/2040	1	0,063383	4600	14.304
BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0.06	15/08/2050	1	0,065767	1300	3.896
BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0.06	15/08/2050	0,31	0,063403	15000	14.368
<b>TOTAL</b>							<b>71.594</b>
<b>Valor Ajustado pelo sistema Venturo PREVIC</b>							<b>83.368</b>
<b>Valor do Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos</b>							<b>11.774</b>

#### 4.2.5. Investimentos Imobiliários

(Em R\$ mil)

<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Edificações de Uso Próprio	1.198	980
Edificações Locadas a Patrocinador	4.029	5.596
Edificações Locadas a Terceiros	1.079	1.078
Participações em Shopping Center	7.246	6.673
Imóveis Alienados	196	196
<b>TOTAL</b>	<b>13.748</b>	<b>14.523</b>

A redução global verificada foi em razão de reavaliações efetuadas no exercício, conforme laudos em poder da Entidade, obedecendo a prazos e a demais condições previstas na Resolução CNPC nº 29/2018 e NBC T 19.6 do Conselho Federal de Contabilidade, e demonstradas nos quadros abaixo:

#### IMÓVEIS USO PRÓPRIO

(Em R\$ mil)

<b>TORRE QUIXADÁ - LOJA B - SALA 6</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>REAVALIAÇÃO</b>	<b>AJUSTE</b>
Reavaliação de Terrenos	<b>151</b>	<b>207</b>	<b>56</b>
<b>Edificações</b>	<b>812</b>	<b>993</b>	<b>181</b>
Edificação Custo Corrigido	278	278	-
Edificação Reavaliação	626	807	<b>181</b>
(-) Depreciação	(92)	(92)	-
<b>TOTAL</b>	<b>963</b>	<b>1.200</b>	<b>237</b>

Empresa Avaliadora: Atrius Engenharia Ltda. - Conforme Laudo emitido em 01/06/2018.

#### IMÓVEIS LOCADOS À PATROCINADORA

(Em R\$ mil)

<b>PRÉDIO COMERCIAL - AV. GOMES DE MATOS, 1270 - BAIRRO MONTESE</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>REAVALIAÇÃO</b>	<b>AJUSTE</b>
Terrenos	22	22	-

Reavaliação de Terrenos	2.478	2.109	(369)
<b>Edificações</b>	<b>1.411</b>	<b>564</b>	<b>(847)</b>
Edificação Custo Corrigido	308	308	-
Edificação Reavaliação	1.285	438	(847)
(-) Depreciação	(182)	(182)	-
Aluguéis a Receber	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.911</b>	<b>2.695</b>	<b>(1.216)</b>

Empresa avaliadora: Técnica Engenharia e Consultoria Ltda. - Conforme Laudo emitido em 29/12/2018.

### IMÓVEIS LOCADOS À PATROCINADORA

(Em R\$ mil)

PRÉDIO COMERCIAL - AV. A, Nº 1.008 - BAIRRO CONJUNTO CEARÁ			
DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	REAVALIAÇÃO	AJUSTE
Terrenos	69	69	-
Reavaliação de Terrenos	791	793	2
<b>Edificações</b>	<b>748</b>	<b>443</b>	<b>(305)</b>
Edificação Custo Corrigido	539	539	-
Edificação Reavaliação	315	10	(305)
(-) Depreciação	(106)	(106)	-
Aluguéis a Receber	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.608</b>	<b>1.305</b>	<b>(303)</b>

Empresa avaliadora: Técnica Engenharia e Consultoria Ltda. - Conforme Laudo emitido em 29/12/2018.

### IMÓVEIS LOCADOS A TERCEIROS

(Em R\$ mil)

TORRE QUIXADÁ - SALAS 4			
DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	REAVALIAÇÃO	AJUSTE
Reavaliação de Terrenos	58	60	2
<b>Edificações</b>	<b>311</b>	<b>320</b>	<b>9</b>
Edificação Custo Corrigido	105	105	-
Edificação Reavaliação	243	252	9
(-) Depreciação	(37)	(37)	-
<b>TOTAL</b>	<b>369</b>	<b>380</b>	<b>11</b>

Empresa avaliadora: Atrius Engenharia Ltda. - Conforme Laudo emitido em 01/06/2018.

**IMÓVEIS LOCADOS A TERCEIROS**

(Em R\$ mil)

<b>TORRE QUIXADÁ - SALAS 5</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>REAVALIAÇÃO</b>	<b>AJUSTE</b>
Reavaliação de Terrenos	<b>93</b>	<b>98</b>	<b>5</b>
<b>Edificações</b>	<b>499</b>	<b>502</b>	<b>3</b>
Edificação Custo Corrigido	173	173	-
Edificação Reavaliação	384	387	3
(-) Depreciação	(58)	(58)	-
<b>TOTAL</b>	<b>592</b>	<b>600</b>	<b>8</b>

Empresa avaliadora: Atrius Engenharia Ltda. - Conforme Laudo emitido em 01/06/2018.

**RENDAS DE PARTICIPAÇÃO**

(Em R\$ mil)

<b>SHOPPING CENTER PENHA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>REAVALIAÇÃO</b>	<b>AJUSTE</b>
Custo Corrigido - Participação	3.678	3.678	-
Reavaliação - Participação em Shopping	2.984	3.568	<b>584</b>
Aluguéis a Receber	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.662</b>	<b>7.246</b>	<b>584</b>

Empresa avaliadora: Cushman &amp; Wakefield - conforme Laudo emitido em 30/06/2018.

**4.2.6. Empréstimos a Participantes**

(Em R\$ mil)

<b>EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTES</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Participantes Ativos / Assistidos	4.703	4.106
<b>TOTAL</b>	<b>4.703</b>	<b>4.106</b>

**4.2.7. Depósitos Judiciais/Recursais**

(Em R\$ mil)

<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Depósito Judicial IR	44	44
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>44</b>

**4.3. Permanente**

(Em R\$ mil)

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Móveis e Utensílios	1	1
Máquinas e Equipamentos	4	5
Refrigerador de Ar	3	2
Computadores e Periféricos	25	19
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>27</b>

#### 4.4. Exigível Operacional

(Em R\$ mil)

<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Aposentadorias</b>	<b>122</b>	<b>107</b>
<b>Pensões</b>	<b>28</b>	<b>24</b>
<b>Valores a Pagar</b>	<b>83</b>	<b>139</b>
<b>Retenções a Recolher</b>	<b>199</b>	<b>211</b>
- IRRF sobre Folha Aposentadoria	195	200
- IRRF sobre Folha Pensões	4	3
- IRRF sobre Restituições	-	8
<b>Outras Exigibilidades</b>	<b>28</b>	<b>17</b>
- Seguro Bradesco	17	17
- Contribuição para Custeio	11	-
<b>TOTAL</b>	<b>460</b>	<b>498</b>

A redução da rubrica Valores a Pagar refere-se a pagamento de diferença de complemento de benefício.

(Em R\$ mil)

<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>105</b>	<b>113</b>
- Pessoal e Encargos	80	87
- Serviços de Terceiros	19	18
- Despesas Gerais	6	8
<b>Retenções a Recolher</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Tributos a Recolher</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>138</b>

Em Pessoal e Encargos registram-se a provisão de férias e seus encargos.

(Em R\$ mil)

<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>4</b>	<b>24</b>
<b>Outras Exigibilidades</b>	<b>10</b>	<b>-</b>
- Cobertura de Despesas Administrativas	10	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>26</b>

#### 4.5. Exigível Contingencial

(Em R\$ mil)

<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>PREVIDENCIAL</b>	<b>6.366</b>	<b>8.419</b>
- Aposentadorias	6.016	8.087
- Reserva de Poupança (Expurgos Inflacionários)	350	332
<b>TOTAL</b>	<b>6.366</b>	<b>8.419</b>

A Redução verificada decorre do levantamento de depósitos judiciais, de acordo com informações prestadas pela assessoria jurídica da CABEC.

As contingências classificadas pelo parecer técnico da assessoria jurídica como de perda provável, e reconhecidas pela CABEC, totalizaram, até 31/12/2018, o montante de R\$ 6.366 mil (em 2017, R\$ 8.419 mil).

Constam ainda outras contingências passivas de aproximadamente R\$ 667 mil, as quais não foram reconhecidas contabilmente pelo fato de terem sido classificadas pela assessoria jurídica como perdas possíveis.

#### 4.6. Patrimônio Social

##### 4.6.1. Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas

(Em R\$ mil)

<b>RUBRICA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS (2 + 3 - 4)	479.623	435.738	10,07
2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	14.028	18.159	(22,74)
2.1. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros	14.641	19.117	(23,41)
2.2. (Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras)	(613)	(958)	(36,01)
3. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	482.649	440.316	9,61
4. (PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR)	(17.054)	(22.737)	(24,99)
5. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	401.727	396.914	1,21
<b>RESULTADO (5 - 1)</b>	<b>(77.896)</b>	<b>(38.824)</b>	<b>100,64</b>

O aumento das Provisões Matemáticas, de acordo com informações contidas na Avaliação/Parecer Atuarial, emitido em 15/02/2019 pela Willis Towers Watson, decorreu, principalmente, da alteração na taxa de juros, que passou de 5,25% a.a. para 4,61% a.a., com impacto de aproximadamente R\$ 31 milhões.

##### 4.6.2. Demonstração do Valor do Patrimônio de Cobertura do PLANO BD

(Em R\$ mil)

<b>RUBRICA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
1. Ativo Total	410.978	407.814	0,78

2. Exigível Operacional	(608)	(662)	(8,16)
3. Exigível Contingencial	(6.366)	(8.419)	(24,39)
4. Fundos	(2.277)	(1.819)	25,18
<b>TOTAL</b>	<b>401.727</b>	<b>396.914</b>	<b>1,21</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, o Patrimônio de Cobertura do Plano resultou em R\$ 401.727 mil. Em relação à posição de 31/12/2017, dito patrimônio registrou crescimento de 1,21%, influenciado principalmente pela transferência de R\$ 11.633 mil, referentes à parte patronal do déficit técnico ajustado de 2015, da rubrica Provisões Matemáticas a Constituir para conta de Ativo a Receber, conforme Contrato de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento sob Condição Resolutiva celebrado entre o Bradesco e a CABEC, relativo à parte social do déficit técnico em questão. Além da transferência mencionada, o Ativo Total foi influenciado, principalmente, pela diferença entre a rentabilidade dos Investimentos, acrescida do recebimento de contribuições normais e extraordinárias, versus o pagamento de benefícios e das despesas administrativas do período.

#### 4.6.3. Resultado Atuarial do Exercício

Neste exercício foi apurado um déficit técnico de R\$ 39.073 mil. Com isso, o resultado acumulado do Plano BD permanece deficitário em R\$ 77.896 mil (R\$ 38.824 mil em 31/12/2017).

De acordo com os critérios estabelecidos no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o déficit técnico ajustado do exercício de 2018 é de R\$ 33.603 mil, valor histórico, a ser equacionado até dezembro de 2019, atualizado pela meta atuarial.

Abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo da apuração do déficit técnico atuarial do exercício de 2018:

DESCRIÇÃO	2018
(A) Patrimônio de Cobertura do Plano BD em 31/12/2018	401.727
(B) Provisões Matemáticas do Plano BD (BaC+BC) em 31/12/2018	479.623
<b>(C) = (A-B) Equilíbrio Técnico do Plano BD em 31/12/2018</b>	<b>(77.896)</b>
(D) Limite do Déficit do Plano BD (*)	32.519
(E) Ajuste de Precificação dos Títulos	11.774
<b>(F) = (C+D+E) Valor Líquido do Déficit de 2018 a ser equacionado (**)</b>	<b>(33.603)</b>

(\*) Limite permitido para não equacionamento imediato do Déficit Técnico Acumulado =  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática (duração do passivo} = 10,78 \text{ anos)}$ .

(\*\*) Prazo para amortização do Plano de Equacionamento = 181 meses (194 meses - 13 meses de carência).

## 5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

Elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano BD, em conformidade com a Resolução CGPC nº 18/2006, e da Instrução Previc nº 23/2015, vigentes até 31/12/2018.

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros (*)	<b>4.61% a.a.</b>	<b>5,25% a.a.</b>
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo Salários	0,98	0,98
Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo Benefícios Entidade	0,98	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disable <b>Segregada por Sexo</b>	RP 2000 Disable <b>Segregada por Sexo</b>
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Hipótese de entrada em aposentadoria	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade.	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade.
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participantes Ativos</li> </ul>	70% de casados com mulher 4 anos mais jovem que o homem	70% de casados com mulher 4 anos mais jovem que o homem

(\*) - Para atender ao que determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução Previc nº 23/2015, vigentes até 31/12/2018, a CABEC contrata a empresa Willis Towers Watson para desenvolver o estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos.

Para tanto, foram utilizados os fluxos de benefícios e contribuições do Plano, posicionados em 31/12/2018, elaborados com as hipóteses constantes na Avaliação/Parecer Atuarial de 2018, segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com intervalo de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,61% a.a. para o Plano de Benefícios Definidos. Esta taxa está dentro do

intervalo indicado pela Portaria Previc nº 363/2018 para o Plano BD (limite inferior: 4,19% a.a. e limite superior: 6,38% a.a.).

## 6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Em 2018 a CABEC obteve rentabilidade nominal de 8,60% a.a. (11,22% a.a. em 2017), atingindo 97,29% da meta atuarial, que foi de 8,84%, influenciada pelo INPC, do mesmo período, que alcançou 3,43%. A rentabilidade foi afetada pela performance do segmento de imóveis que, em 2018, rendeu apenas 0,89%, em decorrência de reavaliação realizada e contabilizada em dezembro de 2018. Os segmentos Estruturado e Exterior também tiveram desempenho abaixo da meta atuarial, com rentabilidade 6,05% e 3,74% respectivamente. Destaque para os segmentos de Empréstimos, que renderam 10,60%, e Renda Variável, com rendimento de 17,75%, bem acima da meta atuarial, enquanto que Renda Fixa, que rendeu 8,42%, ficou um pouco abaixo da meta em questão.

## 7. FUNDOS

**Fundo Administrativo – PGA:** É composto pelas sobras dos recursos destinados ao custeio administrativo, calculado na base de 15% das contribuições patronal e social, e pela rentabilidade dos investimentos, descontadas as despesas administrativas.

**Fundo dos Investimentos:** Registra o Fundo de Reserva de Quitação por Morte – CQM, que atualmente é utilizado na quitação do prêmio mensal do seguro prestamista dos contratos dos empréstimos efetuados até 02/10/2017, sendo ainda o seu saldo atualizado monetariamente com base em taxa equivalente à média de rentabilidade dos investimentos do Plano BD. Abaixo, quadro demonstrativo comparativo dos Fundos acima mencionados:

(Em R\$ mil)

FUNDOS	2018	2017
<b>Administrativo</b>	<b>564</b>	<b>211</b>
- Fundo Administrativo – PGA	564	211
<b>Investimentos</b>	<b>1.713</b>	<b>1.608</b>
- Fundo de Quitação por Morte CQM	1.713	1.608
<b>TOTAL</b>	<b>2.277</b>	<b>1.819</b>

## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 8.1. Expurgos inflacionários das OFNDs

Em 2010, a ação coletiva movida pela Abrapp, visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável às Entidades que participaram da referida demanda judicial. A CABEC, entretanto, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPCs que,



enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e à forma de pagamento pela União Federal, relativas à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CABEC em linha com a determinação do Órgão Fiscalizador.

## **8.2. Manutenção do Patrocínio**

De acordo com o item 5.2, subitem "d" do EDITAL DE VENDA – EDITAL PND nº 2005/001, de 28/07/2005, a responsabilidade da manutenção de patrocínio do Plano de Benefícios Definido, administrado pela CABEC, é de 24 meses, tendo esse prazo se encerrado em dezembro/2007. Entretanto, até a conclusão dos trabalhos do Balanço, relativo ao exercício de 2018, inexistente manifestação do patrocinador a respeito do assunto.

Fortaleza (CE), 18 de fevereiro de 2019.

*Sandra Maria Nery Araújo*  
*Diretora-Superintendente*  
*CPF: 140.095.603-04*

*Francisco Luiz Fernandes*  
*Diretor-Financeiro*  
*CPF: 042.833.413-04*

*Elisabeth Maria Moreira Lima Porto*  
*Diretora-Administrativa e de Seguridade*  
*CPF: 167.574.753-91*

*Creusimar Barbosa Lima*  
*Contadora – CRC-CE 10.453*  
*CPF: 293.386.203-44*

## 16. PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2018

### Introdução

Este relatório/parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios Definidos da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotada como data do cadastro e como data da avaliação 31/12/2018.

### Qualidade da Base Cadastral

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela CABEC, foi verificado que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

### Patrocinadores e Instituidores

Razão Social	CNPJ
CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC	07.083.033/0001-91
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela CABEC aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Definidos.

O Plano de Benefícios Definidos da CABEC está em extinção desde 11/02/2014.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela PREVIC por meio da Portaria nº 55, de 10/02/2014, publicada no D.O.U. nº 29 de 11/02/2014.

## Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro.

### Participantes ativos <sup>(1)</sup>

Quantidade	
- ativos	25
- autopatrocínados	10
- benefício proporcional diferido	2
Idade média (em anos)	56,4
Tempo médio de serviço (em anos)	33,1
Tempo médio de contribuição (em anos)	33,1
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	2,3

(1) - Apenas o campo quantidade inclui os participantes aguardando benefício proporcional diferido.

### Participantes assistidos

Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Complementação de Aposentadoria por Idade	19	72,8	1.824,08
Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	931	66,0	3.281,05
Complementação de Aposentadoria por Invalidez	72	63,8	1.553,53
Complementação de Pensão	120	64,1	1.445,26

### Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a CABEC e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Definidos, conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e da Instrução nº 23, de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos, foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	4,61%	5,25%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	0,98	0,98
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	0,98	0,98

	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disable Segregada por sexo	RP 2000 Disable Segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula	Nula
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas ✓ Participantes Ativos	70% de casados com mulher 4 anos mais jovem que o homem	70% de casados com mulher 4 anos mais jovem que o homem

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes assistidos considera o dependente vitalício mais novo informado pela entidade.

Para os pensionistas é utilizada a composição familiar informada pela CABEC correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em outubro/2017 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e da Instrução nº 23, de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

### **Taxa real anual de juros**

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, a Instrução nº 23, de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018, e a Portaria Previc nº 363, de 26/04/2018, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela CABEC para desenvolver tal estudo, utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2017, elaborados com as hipóteses constantes no

Parecer Atuarial de 2017 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com intervalo de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,61% para o Plano de Benefícios Definidos. Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 363/2018 para esse plano (limite inferior: 4,19% a.a. e limite superior: 6,38%).

Sendo assim, a CABEC e as patrocinadoras do Plano de Benefícios Definidos optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 4,61 % na avaliação atuarial de 2018.

O referido estudo foi submetido para aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da CABEC e deverá ser aprovado por meio de Parecer do Conselho Fiscal da Entidade.

### **Projeção do crescimento real de salário**

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios, de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Definidos, realizou, em outubro/2017, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e na Instrução nº 23, de 26/06/2015.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2018 reflete o resultado desse estudo.

### **Projeção do Crescimento Real dos Benefícios**

A taxa de projeção do crescimento real dos benefícios deve ser baseada na expectativa de existência de um "spread" entre o indexador do plano, que baliza a hipótese de retorno dos investimentos, e o índice que determina o reajuste dos benefícios, de modo a refletir o aumento médio real concedido aos benefícios, ou a sua redução.

Com base no regulamento desse plano, não há previsão de aumentos reais dos benefícios.

### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo**

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse Fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida, em abril/2018, pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos, e é de 4,00% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%. Essa taxa de 4,00% a.a. foi mantida até o final de 2018.

O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA, por ser o índice oficial, do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese será revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

### **Hipóteses Biométricas e Demográficas**

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em outubro/2017 pela Willis Towers Watson.

### **Regime Financeiro e Métodos Atuariais**

<b>Benefício</b>	<b>Regime</b>	<b>Método de Financiamento</b>
Complementação de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Complementação de Pensão	Capitalização	Agregado
Complementação de Auxílio-Doença	Repartição Simples	-
Pecúlio por Morte	Repartição Simples	-
Auxílio-Reclusão	Repartição Simples	-

## Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo haver flutuações, por se tratar de um grupo fechado.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, vigente até 31/12/2018.

## Patrimônio Social

Com base no balancete do Plano de Benefícios Definidos de 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Social é de R\$ 404.004.652,95.

O valor do ativo a integralizar em 31 de dezembro de 2017 corresponde às dívidas assumidas pelos patrocinadores CABEC e Banco Bradesco S.A., no valor total de R\$ 43.541.601,56, sendo R\$ 26.930.794,72 referentes ao déficit contratado de 2014, de responsabilidade do Bradesco, e R\$ 11.225.838,02 e R\$ 5.384.968,82 referentes aos déficits contratados de 2015 e 2016, respectivamente, de responsabilidade do Bradesco e da CABEC.

De acordo com informações prestadas pela CABEC para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), a CABEC possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela CABEC.

## Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2018, é a seguinte:

	(R\$)
<b>2.3 Patrimônio Social</b>	<b>404.004.652,95</b>
<b>2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>401.727.404,35</b>
<b>2.3.1.1 Provisões Matemáticas</b>	<b>479.623.673,73</b>
<b>2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos</b>	<b>482.649.423,00</b>
<b>2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
<b>2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</b>	<b>482.649.423,00</b>

2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	443.845.892,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	38.803.531,00
<b>2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder</b>	<b>14.027.823,00</b>
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
<b>2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>13.883.314,62</b>
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	14.490.362,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(303.523,69)
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(303.523,69)
<b>2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</b>	<b>144.508,38</b>
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	150.827,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.159,31)
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(3.159,31)
<b>2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(17.053.572,27)</b>
<b>2.3.1.1.03.01 (-) Serviço Passado</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.1.03.01.01 (-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02 (-) Participantes	0,00
<b>2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado</b>	<b>(17.053.572,27)</b>
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	(0,00)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(480.910,74)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes - 2015	(325.957,78)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes - 2016	(154.952,96)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	(16.572.661,53)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos - 2015	(11.232.828,61)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos - 2016	(5.339.832,92)
<b>2.3.1.1.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03 (-) Assistidos	0,00
<b>2.3.1.2 Equilíbrio Técnico</b>	<b>(77.896.269,38)</b>
<b>2.3.1.2.01 Resultados Realizados</b>	<b>(77.896.269,38)</b>
<b>2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
<b>2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado</b>	<b>(77.896.269,38)</b>
<b>2.3.1.2.02 Resultados a Realizar</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.2 Fundos</b>	<b>2.277.248,60</b>
<b>2.3.2.1 Fundos Previdenciais</b>	<b>0,00</b>
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
<b>2.3.2.2 Fundos Administrativos</b>	<b>563.650,40</b>
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	563.650,40
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	0,00
<b>2.3.2.3 Fundos dos Investimentos</b>	<b>1.713.598,20</b>

O valor das Provisões Matemáticas a Constituir, alocado na conta Déficit Equacionado, no montante de R\$ 17.053.572,27 (dezessete milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e sete centavos), corresponde ao valor dos déficits equacionados apurados em 31/12/2015 e



31/12/2016, atualizados para 31/12/2018, conforme descrito em planos de equacionamentos específicos.

De acordo com informações prestadas pela CABEC, em 31/12/2014 foi apurado um déficit técnico no valor de R\$ 33.190.102,27 (trinta e três milhões, cento e noventa mil, cento e dois reais e vinte e sete centavos), a ser equacionado conforme estabelecido no Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento celebrado entre a CABEC e o Banco Bradesco S.A. em 05/05/2016, no qual consta a previsão de pagamento em duas parcelas: i) a primeira, de responsabilidade exclusiva do Banco Bradesco, no valor de R\$ 19.983.242,75 (dezenove milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos), posicionada em maio/2016, já quitada naquela data; ii) a segunda parcela, assumida pelo Banco Bradesco sob condição resolutiva, no valor de R\$ 26.930.794,72 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos), posicionada em 31/12/2018, a ser corrigida pela meta atuarial do Plano BD no período de 01/01/2019 até a data do efetivo pagamento, e paga até 31/03/2019, ou por ocasião da retirada total de patrocínio, se anterior.

### **Duração do Passivo do Plano de Benefícios**

*A duração do passivo é de 129,36 meses, calculada com base nos resultados desta avaliação atuarial, adotando a metodologia definida pela Previc na Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, vigente até 31/12/2018, e na Portaria nº 86, de 01/02/2019.*

### **Ajuste de Precificação e Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado**

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do déficit. E, no caso de distribuição de superávit, o valor do Ajuste de Precificação, quando negativo, será deduzido do valor a ser distribuído.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,61% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

Considerando que o plano apresenta resultado deficitário, o valor do Ajuste de Precificação utilizado para o Plano de Benefícios Definidos da CABEC em 31/12/2018 é positivo e igual a R\$ 11.774.098,40.

<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>Valores em R\$</b>
a) Resultado Realizado	(77.896.269,38)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.1) Déficit Técnico Acumulado	(77.896.269,38)
b) Ajuste de Precificação	11.774.098,40
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(66.122.170,98)

## Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

O Plano de Benefícios Definidos não possui fundos previdenciais em 31/12/2018.

### Limite de Equacionamento de Déficit

De acordo com o Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, deverá ser elaborado e aprovado plano de equacionamento do déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo do plano – 4) x Provisões Matemáticas.

Duração	Limite pela fórmula %	Provisões Matemáticas	Limite do Déficit
10,78	1% x (10,78 – 4) = 6,78%	479.623.673,73	32.518.485,08

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

	Valores em R\$
Equilíbrio Técnico Ajustado	(66.122.170,98)
Limite do Déficit	32.518.485,08
Parcela do Déficit superior ao Limite (Déficit Equacionado 2018)	(33.603.685,90)

Uma vez que o equilíbrio técnico ajustado ultrapassa o limite de 6,78% das provisões matemáticas do plano, a CABEC deverá apresentar, até o final do exercício subsequente, conforme previsto no Parágrafo 1º do Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, plano de equacionamento que contemple, ao menos, o valor de R\$ 33.603.685,90, que corresponde ao resultado deficitário acumulado excedente ao limite. A segregação do déficit entre participantes e patrocinadores é feita com base na proporção contributiva do exercício.

Proporção Contributiva	Contribuições Normais	% Rateio	Déficit
Parcela Patrocinadores	5.147.091,98	49,65%	16.684.230,05
Parcela Participantes	5.219.166,13	50,35%	16.919.455,85
Total	10.366.258,11	100,00%	33.603.685,90

O Déficit Equacionado 2018 foi segregado em benefícios concedidos e a conceder na proporção das respectivas provisões matemáticas de benefício definido de 31/12/2018 e entre os patrocinadores na proporção contributiva do exercício.

Cálculo Novo Déficit a ser Equacionado	Proporção	Déficit
Participantes		16.919.455,85
Assistidos	97,18%	16.442.327,20

Ativos	2,82%	477.128,65
Patrocinadores		16.684.230,05
Bradesco	99,36%	16.577.450,98
CABEC	0,64%	106.799,07

### Variação das Provisões Matemáticas

	Valores em R\$ de 31/12/2018		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior	
Passivo Atuarial	496.677.246,00	458.474.990,00	8,33%
Benefícios Concedidos	482.649.423,00	440.315.955,00	9,61%
Contribuição Definida	-	-	0,00%
Benefício Definido	482.649.423,00	440.315.955,00	9,61%
Benefícios a Conceder	14.027.823,00	18.159.035,00	-22,75%
Contribuição Definida	-	-	0,00%
Benefício Definido	14.027.823,00	18.159.035,00	-22,75%
Valor Presente dos Benefícios Futuros	14.641.189,00	19.117.469,00	-23,41%
Valor Presente das Contribuições Futuras	(613.366,00)	(958.434,00)	-36,00%

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Definidos são reavaliadas mensalmente, considerando as bases de dados atualizadas a cada 2 meses. As variações mensais das provisões matemáticas se dão pelas alterações cadastrais (novas concessões, reversão em pensão e composição familiar) e reajuste dos benefícios concedidos pelo índice de reajuste do plano (INPC).

Quando comparadas as provisões matemáticas de 31/12/2017 com as provisões matemáticas reavaliadas em 31/12/2018, além das variações mensais já conhecidas, conforme citado acima, verificamos um aumento no passivo atuarial de aproximadamente R\$ 31 milhões, referente à redução da taxa real de juros de 5,25% para 4,61%.

Os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

### Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juro, tábua de mortalidade geral, crescimento real de salários e rotatividade.

### Soluções para Insuficiência de Cobertura

A insuficiência, em 31/12/2018, do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao Passivo Atuarial, deduzido das Provisões Matemáticas a Constituir Déficit Equacionado Benefícios Concedidos e a

Conceder 2015 e 2016, foi segregada proporcionalmente entre Benefícios Concedidos e a Conceder, na proporção das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder.

De acordo com o previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, vigente em 31/12/2018, na ocorrência de insuficiência de cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, os patrocinadores deverão firmar instrumento contratual com garantias, o qual será formalizado em 2019.

### **Variação do resultado**

O déficit técnico aumentou de R\$ 38.823.942,74, em 31/12/2017, para R\$ 77.896.269,38, em 31/12/2018.

### **Natureza do resultado**

O agravamento da insuficiência e, por conseguinte do déficit técnico, no exercício de 2018 decorreu, principalmente, da alteração da taxa de juros de 5,25% a.a. para 4,61% a.a. (impacto em torno de R\$ 31 milhões).

### **Soluções para equacionamento do déficit**

O déficit técnico que não será objeto de plano de equacionamento ocorre em função do uso concomitante do ajuste de precificação e do limite de equacionamento de déficit, conforme legislação vigente. Uma vez que os patrocinadores efetuem as contribuições extraordinárias definidas no plano de custeio, essas contribuições colaborarão para o equacionamento do déficit.

### **Plano de Custeio**

#### **Contribuições Normais**

- ✓ Contribuições mensais normais resultantes das taxas indicadas na tabela abaixo sobre o salário de participação:

<b>Parcela do Salário de Participação</b>	<b>Percentual de Contribuição</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Até 0,5 VR	3,27%	3,27%
Entre 0,5 VR e 1,0 VR	5,55%	5,55%
Entre 1,0 VR e 3,0 VR	12,43%	12,43%

**Nota:** O Valor de Referência (VR) do plano, vigente em 31/12/2018, corresponde a R\$ 5.443,47.

- ✓ Contribuições mensais para cobertura das despesas administrativas equivalentes a 15,00% sobre as contribuições normais de patrocinadoras e participantes efetuadas para o plano.

## Contribuições Extraordinárias

Adicionalmente, os patrocinadores e todos os participantes do plano (ativos, autopatrocinados, aguardando benefício proporcional diferido, aposentados e pensionistas) também deverão realizar:

- ✓ Contribuições mensais extraordinárias para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado 2015 e Déficit Equacionado 2016, referente aos benefícios a conceder e benefícios concedidos, conforme Plano de Equacionamento de Déficit II – 31/12/2015 e Plano de Equacionamento de Déficit III – 31/12/2016, pelos prazos de 146 meses, contados a partir de janeiro/2019, e 169 meses, contados a partir de janeiro/2019, respectivamente.

## Resumo do plano de custeio

Contribuição estimada em % da folha de salários / folha de benefícios	2019	2018
<b>Contribuições Normais<sup>1</sup></b>		
Patrocinadora – participantes ativos	6,26%	5,63%
Patrocinadora – participantes aposentados	11,65%	11,62%
Participantes ativos	6,26%	5,63%
Participantes autopatrocinados <sup>2</sup>	12,52%	11,26%
Participantes aposentados	11,65%	11,62%
<b>Contribuições Extraordinárias<sup>3</sup></b>		
<b>Déficit Equacionado - 2015</b>		
Bradesco – Benefícios a Conceder e Concedidos	R\$ 1.256.316	R\$ 1.215.198
CABEC – Benefícios a Conceder	0,21%	0,31%
CABEC – Benefícios Concedidos	4,83%	4,59%
Participantes ativos e BPDs	1,22%	1,23%
Participantes autopatrocinados <sup>2</sup>	2,41%	3,75%
Participantes aposentados e pensionistas	2,89%	3,13%
<b>Déficit Equacionado – 2016</b>		
Bradesco – Benefícios a Conceder e Concedidos	R\$ 601.534	R\$ 527.422
CABEC – Benefícios a Conceder	0,08%	0,71%
CABEC – Benefícios Concedidos	2,03%	1,25%
Participantes ativos e BPDs	0,53%	0,53%
Participantes autopatrocinados <sup>2</sup>	1,05%	1,24%
Participantes aposentados e pensionistas	1,24%	1,35%

## Certificação de Solvência

Para certificar a solvência do Plano de Benefícios Definidos da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, conforme solicita a legislação vigente, é feita uma análise considerando a parcela do

<sup>1</sup> As contribuições normais são efetuadas 13 vezes ao ano, incidindo sobre o 13º Salário e sobre o Abono Anual.

<sup>2</sup> Conforme regulamento vigente, os autopatrocinados assumem, além de suas contribuições, as contribuições do patrocinador.

<sup>3</sup> As contribuições extraordinárias são efetuadas 12 vezes ao ano.

patrimônio do plano que possui liquidez imediata e as contribuições e pagamentos de benefícios estimados para o próximo exercício, conforme tabela abaixo:

	<b>Valores em R\$</b>
Patrimônio do plano com liquidez imediata em 31/12/2018 <sup>4</sup>	225.708.888,42
Contribuições Normais – 2019 <sup>5</sup>	278.850,00
Contribuições Extraordinárias – 2019	3.732.608,36
Pagamentos de Benefícios – 2019 <sup>2</sup>	(35.238.300,00)
Atualização pela meta atuarial <sup>6</sup>	18.476.635,80
<b>Patrimônio do plano com liquidez imediata em 31/12/2019</b>	<b>212.958.682,58</b>

Conforme observado, os recursos do plano são suficientes para garantir o pagamento dos benefícios do plano no decorrer do ano de 2019, certificando assim a solvência do Plano de Benefícios Definidos da CABEC.

## **Conclusão**

Em face do exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Definidos da CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC, informamos que o plano é solvente e encontra-se financeiramente equilibrado, uma vez que foram estabelecidas contribuições extraordinárias para os patrocinadores, participantes e assistidos, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, para o equacionamento do déficit.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre os quais destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nos patrocinadores, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

<sup>4</sup> Valor informado pela CABEC.

<sup>5</sup> Os pagamentos de benefícios encontram-se líquidos das contribuições normais de aposentados e patrocinadores e, por consequência, as contribuições normais estimadas para 2019 consideram apenas as contribuições de participantes ativos e patrocinador.

<sup>6</sup> Meta atuarial composta pela taxa de desconto de 4,61% com a inflação de 4,00% estimada pelo Comitê de Investimentos da Willis Towers Watson para 2019.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e à integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e de seus patrocinadores.

Este parecer atuarial foi elaborado para a CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2018. Este documento não se destina a outros fins nem deve ser utilizado para tal. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2019.

Gesiane Cavalcante  
MIBA nº 889

Priscila Abonante  
MIBA nº 2.270

Vinicius Gonçalves  
MIBA nº 1.101

## **17. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

### **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018.**

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores, Participantes e Assistidos da  
CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC  
Fortaleza - CE

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por plano de benefício da CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Ênfases**

- 1) Conforme mencionado na nota explicativa 4.6.3, no exercício de 2018 o plano de benefício da CABEC apresentou déficit atuarial acumulado de R\$ 39.073 mil. De acordo com o artigo 28 (caput) da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela MTPS/CNPC nº



22/2015, após o Ajuste de Precificação dos Títulos, apurou-se um déficit atuarial ajustado de R\$ 33.603 mil, valor histórico, a ser equacionado até dezembro de 2019, atualizado pela meta atuarial. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

- 2) Conforme descrito na nota explicativa 8.1, em 2010, a ação coletiva movida pela ABRAPP visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável às Entidades que participaram da referida demanda judicial. Entretanto, a CABEC, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e à forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CABEC alinhada com a determinação do Órgão Fiscalizador. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.
- 3) De acordo com a nota explicativa 8.2 e ainda o item 5.2, subitem "d" do Edital de Venda – EDITAL PND nº 2005/0001, de 28/jul./05, a responsabilidade da manutenção de patrocínio do Plano de Benefícios Definidos, administrado pela CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, é de 24 meses, tendo esse prazo se encerrado em dezembro de 2007. Entretanto, até a presente data não houve qualquer manifestação do patrocinador sobre essa situação. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

## **Outros Assuntos**

### **Auditoria do período anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, conforme relatório emitido em 21/fev./18, sem modificação de opinião e com ênfases quanto aos mesmos assuntos descritos nos parágrafos "2" e "3" da seção Ênfases deste relatório e ainda quanto ao déficit técnico apurado no exercício de 2017, o qual não houve a necessidade de ser equacionado face ao que determina o artigo 28 (caput) da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela MTPS/CNPC nº 22/2015, bem como quanto ao equacionamento do déficit técnico ajustado relativo ao exercício de 2016, cujo plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos do § 10 do art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 22/2015, tendo o referido Plano iniciado dentro do prazo regulamentado pelo citado normativo legal.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## **18. MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

---

*MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA CABEC  
– CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVA AO  
ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018.*

---

A Diretoria Executiva da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, em sua Reunião nº 396, realizada em 25 de fevereiro 2019, dando cumprimento a suas atribuições legais e estatutárias, declara a regularidade de suas contas para manifestação do Conselho Deliberativo, com base no *Balanco Patrimonial Consolidado*; na *Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social – DMPS* (Consolidada); na *Demonstração do Plano de Gestao Administrativa – DPGA* (Consolidada); na *Demonstração do Ativo Líquido – DAL* (Plano BD); na *Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido – DMAL* (Plano BD); na *Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT* (Plano BD); nas *Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis*, consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2018, tudo comparativamente ao ano anterior e relativo ao Plano BD, único Plano de Benefícios Previdencial administrado pela CABEC; no *Relatório da Avaliação Atuarial/Parecer da Avaliação Atuarial do Plano BD*, emitido pela empresa Willis Towers Watson; no *Relatório dos Auditores Independentes Audilink & Cia. Auditores*; e no *Parecer do Conselho Fiscal*.

Em razão de situação deficitária do Plano BD, que fechou o exercício de 2018 com um déficit técnico acumulado de R\$ 77,9 milhões, deverá ser aprovado, pelo Conselho Deliberativo, até 31/12/2019, Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, de acordo com o § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, e a Ata nº 462 de 29/01/2019, do Conselho Deliberativo, cuja efetiva implantação se dará dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua aprovação.

Fortaleza (CE), 26 de fevereiro de 2019.

*Francisco Luiz Fernandes*  
Diretor Financeiro

*Elisabeth Maria Moreira Lima Porto*  
Diretora Adm. e de Seguridade

*Sandra Maria Nery Araújo*  
Diretora Superintendente

## **19. PARECER DO CONSELHO FISCAL**

---

*PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CABEC –  
CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVO  
AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018.*

---

Este Conselho aprova o *Balanço Patrimonial*, as *Demonstrações Financeiras* e a *Prestação de Contas da Diretoria Executiva*, relativos ao exercício de 2018, à vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Entidade, bem como baseado no *Relatório da Avaliação Atuarial/Parecer da Avaliação Atuarial do Plano BD*, emitido pela empresa Willis Towers Watson, e no *Relatório dos Auditores Independentes Audilink & Cia. Auditores*, enfatizando-se que todos os fatos merecedores de registro estão devidamente consignados nas Atas das reuniões deste Colegiado. Destaque-se do resultado apresentado déficit técnico acumulado de R\$ 77,9 milhões.

Em razão de situação deficitária do Plano de Benefícios, no exercício de 2018, deverá ser aprovado, pelo Conselho Deliberativo, Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, nos termos do § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, conforme Ata nº 462 de 29/01/2019, do Conselho Deliberativo, cuja efetiva implantação se dará dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua aprovação.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2019.

*Carlos Armando Holanda Siebra*  
*Presidente*

*Antonio Airton Gomes Bezerra*  
*Conselheiro*

*Francisco Ivon Silva Maranhão*  
*Conselheiro*

## 20. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

---

*MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018.*

---

O Conselho Deliberativo da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, em sua Reunião nº 465 de 20 de março de 2019, dando cumprimento a suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o *Balço Patrimonial Consolidado* comparativo com o exercício anterior; a *Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS* (consolidado) comparativa com o exercício anterior; a *Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA* (consolidada) comparativa com o exercício anterior; a *Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano BD* comparativa com o exercício anterior; a *Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano BD* comparativa com o exercício anterior; a *Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT do Plano BD*, comparativa com o exercício anterior, as *Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas* e o *Relatório dos Atos e das Contas da Diretoria Executiva* referentes ao exercício findo em 31/12/2018; e levando ainda em conta o *Relatório da Avaliação Atuarial/Parecer da Avaliação Atuarial do Plano BD* emitido pela empresa Willis Towers Watson, o *Relatório dos Auditores Independentes Audilink & Cia. Auditores*, o *Parecer do Conselho Fiscal da CABEC* e a *Manifestação da Diretoria Executiva*, deliberou por aprovar os atos e contas relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018.

Em razão de situação deficitária do Plano BD, que fechou o exercício de 2018 com um déficit técnico acumulado de R\$ 77,9 milhões, deverá ser aprovado Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, nos termos do § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, conforme Ata nº 462 de 29/01/2019, deste Colegiado, cuja efetiva implantação se dará dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua aprovação.

Fortaleza (CE), 20 de março de 2019.

Eguimar Araújo Martins  
*Presidente do Conselho*

João Herty Lima Silva  
*Conselheiro*

Igor Valentim Cavalcante Brito  
*Conselheiro*

José Monteiro da Silva  
*Conselheiro*

Ivan Sabóia de Sena  
*Conselheiro*

Maria Nailma Marques Pereira  
*Conselheira*

## **21. PATROCINADORES**

- **BANCO BRADESCO S.A.**  
- CNPJ 60.746.948/0001-12
- **CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC**  
- CNPJ 07.083.033/0001-91

## 22. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

- **CONSELHO DELIBERATIVO**

- ✓ Eguimar Araújo Martins - Presidente do Conselho
- ✓ Igor Valentim Cavalcante Brito – Conselheiro
- ✓ João Herty Lima Silva - Conselheiro
- ✓ José Monteiro da Silva - Conselheiro
- ✓ Ivan Sabóia de Sena - Conselheiro
- ✓ Maria Nailma Marques Pereira – Conselheira
- ✓ Alcides Barreira Nogueira Borges (Suplente)
- ✓ José Ricardo Oliveira de Sousa (Suplente)
- ✓ Josias Carvalho da Silva (Suplente)
- ✓ Lúcia Correia de Melo (Suplente)
- ✓ Yeline Falcão Maia Costa (Suplente)

- **CONSELHO FISCAL**

- ✓ Carlos Armando Holanda Siebra
- ✓ Antonio Airton Gomes Bezerra
- ✓ José Maria Gomes de Souza
- ✓ Ilana Maria Maciel Goes Coelho (Suplente)
- ✓ José Miramar Fontenele Freitas (Suplente)
- ✓ Francisco Ivon Silva Maranhão (Suplente)

- **DIRETORIA EXECUTIVA**

- ✓ Sandra Maria Nery Araújo – Diretora-Superintendente
- ✓ Francisco Luiz Fernandes – Diretor-Financeiro
- ✓ Elisabeth Maria Moreira Lima Porto – Diretora-Administrativa e de Seguridade